

CIES e-Working Paper N.º 120/2012

**A expressão anarquista nas paredes de Setúbal:  
o cavalo de batalha de Tróia**

HELENA DE SOUSA FREITAS

*CIES e-Working Papers* (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, [cies@iscte.pt](mailto:cies@iscte.pt)

**Helena de Sousa Freitas** (Lisboa, 1976) é licenciada em Comunicação Social, pós-graduada em Direito da Comunicação Social e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Jornalista há 15 anos, ingressou na agência Lusa em 1998 e foi galardoada pela APDSI com o Prémio Editorial Sociedade da Informação 2010. Autora dos ensaios *Jornalismo e Literatura: Inimigos ou Amantes?* (2002), *Sigilo Profissional em Risco* (2006) e *O DN Jovem entre o Papel e a Net* (2011), é actualmente bolsreira da FCT no CIES, onde desenvolve a investigação “Histórias Que as Paredes Contam – O Muralismo como Forma de Comunicação Alternativa na Cidade de Setúbal (1974-2010)”, no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação.

## Resumo

O empreendimento Troiaresort, da Sonae, tem sido alvo de uma intensa campanha de boicote por parte do movimento anarquista de Setúbal, que regularmente grafa nas paredes da cidade frases imperativas (“Tróia é nossa”, “Quero a velha Tróia”), desalentadas (“O ferry vai e volta, a nós resta-nos a revolta”) ou jocosas (“Coisas finas na Tróia só se for a areia”).

Em Agosto último, os anarquistas que não querem “resorts nem barcos de luxo a preços de luxo” mas “uma Tróia livre e do povo” organizaram um conjunto de iniciativas que intitularam de Destroioresort, dando voz a um desconforto, um inconformismo e uma nostalgia que ultrapassam o sentir do grupo – a avaliar pelo facto de o livro *Quando a Tróia Era do Povo* (2009) ter esgotado três edições em Setúbal em menos de dois meses.

E embora a questão do designado “turismo de luxo” naquela península não seja nova – colocando-se desde os tempos da Torralta e tendo sido objecto de murais de contestação de partidos como o PSR no final da década de 1990 –, o tema ganhou alento nos últimos anos com a renovada actividade do movimento anarquista, cuja tradição em Setúbal remonta às lutas sindicais na indústria conserveira, o que justifica o seu acompanhamento e a sua análise neste *e-working paper*.

**Palavras-chave:** anarquismo, protesto, murais, comunicação.

## Abstract

The Troiaresort tourism venture, by Sonae, has been the target of an intense boycott campaign by the anarchist movement of Setúbal, that regularly writes on the city walls phrases that are imperative (“Tróia is ours”, “I want the old Tróia”), disheartened (“The ferry comes and goes, revolt is all we have left”) or playful (“Fine things in Tróia only if it’s the sand”).

Last August, the anarchists who do not want “resorts nor luxury boats at luxurious prices” but “a Tróia that is free and of the people” organized a set of initiatives entitled Destroioresort, giving voice to a discomfort, a nonconformity and a nostalgia that go beyond their group – judging by the fact that the book *Quando a Tróia Era do Povo* (“When Tróia Belonged to the People”) (2009) sold out three editions in Setúbal in less than two months.

And although the issue of the so-called “luxury tourism” in that peninsula is not new – it has been around since the days of Torralta (a tourism venture of the 1970s and 1980s) and was the theme of murals painted by leftist parties like PSR in the late 1990s – it has gained momentum in recent years with the renewed activity of the anarchist movement, whose tradition in Setúbal dates back to the canning industry’s union struggles of the first decades of the 20<sup>th</sup> century, deserving monitoring and analysis in this *e-working paper*.

**Keywords:** anarchism, protest, mural painting, communication.

O Verão na capital é longo, seco e quente. Uma poeira amarelada cobre a cidade nesses meses; o sol derrete o asfalto e afecta o humor dos santiaguenses, por isso quem pode tenta fugir. Quando eu era pequena, a minha família ia para a praia durante dois meses, um autêntico safari no automóvel do meu avô, carregado com uma tonelada de malas sobre o tejadilho e três garotos completamente enjoados lá dentro. Nessa época os caminhos eram péssimos e tínhamos de serpentear monte acima, monte abaixo com um esforço descomunal para o veículo. (...) Nada disso existe hoje. Chegamos às zonas balneares em menos de duas horas por estradas magníficas. Até há pouco os únicos caminhos maus eram os que conduziam aos sítios onde veraneiam os ricos, que tudo faziam para manter a exclusividade das suas praias. HorrORIZAVA-os ver chegar a chusma em autocarros aos fins-de-semana, com os seus filhos morenos, melancias, frangos assados e rádios com música popular; por isso mantinham o caminho de terra no pior estado possível.

Isabel Allende  
em *O Meu País Inventado*

## Introdução

O presente artigo surge paralelamente a uma investigação mais abrangente que desenvolvemos no âmbito do curso doutoral em Ciências da Comunicação e que tem por título “Histórias Que as Paredes Contam – O Muralismo como Forma de Comunicação Alternativa na Cidade de Setúbal (1974-2010)”.

No decurso da investigação, deparámo-nos com acções de rua de grupos de componente maioritariamente juvenil/jovem adulta que se auto-intitulam anarquistas e que se procuram afirmar herdeiros destes movimentos, surgidos em Portugal a partir da segunda metade do século XIX.

As práticas que levam a cabo, a assinatura que acompanha as suas intervenções e a adopção de referências e de símbolos que remetem para as raízes históricas do movimento anarquista (o “A” maiúsculo rodeado por um círculo ou as bandeiras negras) são marcas que não deixam indiferente quem, circulando pela cidade, se interesse pelo que elas comunicam nas suas paredes e nos seus muros – espécie de “pele urbana” que amiúde se renova.

Mas compreender em toda a sua amplitude a linguagem e a mensagem destes grupos exige que passemos brevemente pela origem do termo “anarquismo” e pelos traços gerais que caracterizam esta doutrina política que questiona os conceitos de Estado, propriedade privada, hierarquia ou liberdade, entre outros.

Com origem no grego *ánarkhos* – que significa, de forma aproximada, “sem governo” e que não remete para a lógica de “caos” que se popularizou como sinónimo de “anarquia”, por vezes empregue com uma *nuance* depreciativa (Rodrigues, 1976: 7-17) –, o anarquismo parte de uma concepção optimista do homem para afirmar a liberdade como valor supremo, rejeitando qualquer forma do que entende por opressão, seja ela de carácter formal (o poder do Estado sobre os indivíduos) ou informal (a uniformização dos modos de pensar e de agir).

Dos fundamentos do anarquismo fazem parte, além do já referido antiautoritarismo (contestação não apenas do domínio do Estado mas também da “repressão” exercida por estruturas por ele criadas, como as forças de segurança), o anticapitalismo (com a tónica na socialização dos meios de produção), o antimilitarismo (por o exército ser entendido como suporte do Estado), o internacionalismo (com a abolição das fronteiras e o desabar das tradicionais noções de Estado, Pátria ou Nação), a acção directa (através da recusa de sistemas de representação, como a eleição de governantes e o impulsionar de métodos práticos e imediatos), a autogestão (implicando o fim das hierarquias), o antiteologismo e o racionalismo (promovendo-se a liberdade de consciência e o espírito científico) e a solidariedade ou o apoio mútuo (enquanto estratégia defensiva dos indivíduos contra o poder coercivo, político e/ou económico), sendo que as definições de alguns destes pilares se entrecruzam e interpenetram.

Entre as muitas descrições desta ideologia, seleccionámos duas. Separadas por quase um século e pelo comprometimento/distanciamento dos seus autores – já que uma foi publicada num jornal anarquista e outra surge inclusive num ensaio sobre a obra de Ferreira de Castro –, as definições têm em comum as linhas essenciais que, como referimos, caracterizam esta doutrina.

Eis, pois, um extracto do semanário *Germinal*<sup>1</sup> de 24 de Dezembro de 1910:

O anarquismo baseia-se na negação de toda a autoridade constituída e na abolição da propriedade privada. Todas as riquezas constituíam património comum e cada um contribuiria para a comunidade na medida das suas possibilidades, consumindo de acordo com as suas necessidades. (...) A máquina, já não monopolizada, garantiria ao homem 3 a 4 horas de trabalho por dia; a autoridade desapareceria uma vez que o crime não tinha espaço para existir; seriam abolidas todas as fronteiras e, deste modo, guerra e exército não teriam sentido algum; o amor seria verdade e não imposição; os filhos não constituiriam um problema pois todo o seu desenvolvimento estava assegurado e, sendo assim, toda a criança era desejada; para todos havia pão, luz; não havendo Estado, o fisco desapareceria (Quintas e outros, 1980: 125).

A outra descrição sugere o cenário decorrente da colocação em prática do anarquismo:

Suprimida a organização social injusta e extinguindo-se o Estado, suporte político que a sustenta ou legitima – conforme se trate de sistemas autoritários ou democráticos –, desaparecerão os motivos para a dominação dos homens por outros homens, de estados por outros estados. Terminarão as desigualdades, porque todos terão não só o suficiente para subsistir, como tempo e recursos para se dedicarem às actividades lúdicas e do espírito; deixará de haver guerras, pois os estados serão abolidos, substituídos por organizações comunais que poderão eventualmente federar-se para atingir desígnios de operacionalidade numa escala um pouco mais vasta (transportes, redes sanitárias, ensino), por forma a satisfazer as necessidades e a qualidade de vida dos cidadãos (Alves, 2002: 112).

Duas visões algo poéticas, nas quais está implícita a concepção rousseuniana do homem enquanto bom selvagem<sup>2</sup> e em que se vislumbram princípios que encontramos num dos

---

<sup>1</sup> Jornal que deve o seu título à obra homónima publicada por Émile Zola (1840-1902) em 1885 e para cuja elaboração o escritor francês trabalhou durante dois meses como mineiro na extracção de carvão, suportando as duras condições laborais desta classe e acompanhando de perto uma greve realizada por este operariado.

<sup>2</sup> Dada a sua tese de que o homem nasce bom e é a sociedade que o corrompe, o pensador iluminista suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) tem sido adoptado por correntes anarquistas como o eco-anarquismo, que mantém as premissas do anarquismo mas que se centra na natureza e na relação do indivíduo com o meio natural.

primeiros ideólogos do anarquismo<sup>3</sup>, o filósofo e teórico francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), cujas ideias levaram uma década a alcançar Portugal mas que aqui conquistaram adeptos.

### **Primórdios e evolução do anarquismo em Portugal**

Proudhon, defensor do mutualismo – sob a forma de associações dos trabalhadores, de cooperativas ou da propriedade colectiva dos trabalhadores – por oposição ao que designava como a exploração daqueles que, na cidade, laboravam nas fábricas, ou, nos campos, lavravam a terra, conseguiu que as teorias sustentadas na sua obra *O Que É a Propriedade? (Qu'est-ce que la Propriété? Ou Recherches sur le Principe du Droit et du Gouvernement*, 1840) tivessem eco em Portugal sensivelmente dez anos após a edição do texto original em França.

Com a publicação, em 1852, do estudo *Análise das “Contradições Económicas” de Proudhon*, de Pedro Amorim Viana, a figura e o pensamento proudhonianos começaram a influenciar dois territórios distintos: as organizações de operários e os meios intelectuais. A obra do pensador francês chegou à academia, sendo analisada na Universidade de Coimbra (Fernandes, 2001: 153), e escritores como Eça de Queiroz e Antero de Quental ou o historiador Oliveira Martins escreveram sobre o seu ideário.

Entretanto, no início dos anos 70 do século XIX, outra linha de pensamento, em alguns aspectos complementar da primeira, começou a ganhar terreno em Portugal: o “anarquismo colectivista”, corrente de pensamento económico cujos princípios foram enunciados pelo teórico russo Mikhail Bakunin (1814-1876) e segundo a qual a propriedade dos meios de produção e distribuição devia ser administrada pelos trabalhadores através de pequenas associações.

Talvez devido à implantação que estas ideias iam tendo em Portugal, logo após a visita do geógrafo anarquista francês Elisée Reclus, em 1886, começaram a surgir os primeiros grupos anarquistas, foi dado à estampa o primeiro jornal – *A Revolução Social* (1887) – e foi publicada a primeira tradução da obra *A Anarquia na Evolução Socialista* (1887), do autor russo Piotr Kropotkin (1842-1921), que viria a tornar-se um dos mais populares pensadores anarquistas, sustentando uma concepção “científica” do anarquismo, baseada no conceito de “apoio mútuo” enquanto motor da natureza e da humanidade.

Entretanto, é criada a secção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores e constituída, em Lisboa, uma Fraternidade Operária, assistindo-se ainda à separação orgânica dos anarquistas logo em 1887, quando publicam um manifesto e se organizam num grupo anarco-

---

<sup>3</sup> Não obstante a referência mais constante a Pierre-Joseph Proudhon como o primeiro teórico do anarquismo, o cientista político inglês William Godwin (1756-1836) é amiúde considerado precursor do pensamento anarquista moderno, para isso contribuindo o livro *Inquérito acerca da Justiça Política* (1793), no qual defende que o Governo corrompe a sociedade mas que a difusão do conhecimento levará a que aquele deixe de se justificar.

-comunista (Freire, 2003). Num período de efervescência para os movimentos libertários, um ano seria marcante por duas razões antagónicas: uma negativa e outra positiva.

Trata-se de 1896, ano em que o Governo de João Franco decreta a criminalização da propaganda anarquista (lei de 13 de Fevereiro) e em que surge o livro *Socialismo Libertário ou Anarchismo*, de Silva Mendes<sup>4</sup>, que terá tido um papel de destaque na divulgação das teorias libertárias na Universidade de Coimbra, assim contribuindo para formar a geração da Greve Académica de 1907, bem como os militantes socialistas e sindicalistas do final do século XIX e inícios do século XX, período em que os anarquistas começaram a aliar-se aos republicanos numa luta comum: o fim do regime monárquico.

Com o advento da República, em 1910, são diversos os sectores que, para mais eficazmente pugnarem pelos seus direitos, criam associações de classe<sup>5</sup>: os metalúrgicos, os carroceiros, os operários gráficos, os manipuladores de pão, os pequenos revendedores de víveres, etc. (Quintas e outros, 1980: 33). Prossegue, pois, o desenvolvimento do movimento sindical operário, surgem estruturas coordenadoras como as uniões sindicais (de cariz local e abrangendo várias especialidades), as federações da indústria (de carácter nacional e de um mesmo ramo de actividade) e um centro congregador que viria, em 1919, a dar corpo à Confederação Geral do Trabalho, proprietária do jornal *A Batalha*. Enquanto isso, o número de grupos ácratas aumentava, chegando aos 130<sup>6</sup> em 1913, quando, no Governo de Afonso Costa, se registou uma repressão policial aos anarquistas e aos sindicalistas (Freire, 2003).

Segue-se aquilo que João Freire considera um segundo momento, coincidente em grande parte com o período da I Grande Guerra e caracterizado pela oposição entre os governos republicanos e o movimento operário liderado pelos anarquistas, em parte devido à participação de Portugal no conflito, que contestavam, mas também à desilusão com a governação vigente.

De acordo com o mesmo investigador, uma terceira fase decorre entre o fim da Guerra e os anos de 1923-24, com o apogeu da organização e da força social e política do movimento sindical da CGT, registando-se “enormes greves, choques com as forças da ordem, formas de

---

<sup>4</sup> Nome pioneiro associado ao anarquismo em Portugal, este jovem licenciado em Direito foi, contudo, antecedido por Eduardo Maia, médico que, em 1873, questionou o direito de propriedade numa conferência baseada nas conclusões dos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores. Considerado fundador da corrente anarquista pós-proudhoniana, Eduardo Maia integrou o Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa em 1887 e o Grupo Revolução Social em 1894.

<sup>5</sup> Conceição Quintas refere, no artigo “Associações laborais” (<http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb10.html>), que, das associações de classe que proliferaram neste período, eram dirigidas por anarquistas a dos sapateiros, empregados do comércio, marítimos e trabalhadores de fábricas.

<sup>6</sup> Entre 1900 e 1938, o movimento expressou-se também numa fecunda produção de imprensa, tendo João Freire inventariado 162 jornais – 111 dos quais classificou ideologicamente de anarquistas e 51 de sindicalistas – e uma trintena de revistas, deste total excluindo-se as publicações corporativas (editadas por associações de classe, sindicatos ou federações de indústria), que atingiram as largas centenas. As greves, as cooperativas, os horários de trabalho e as precárias condições laborais (quer económicas quer de salubridade) e a carestia de vida são dos temas mais frequentes nesta imprensa.

violência larvar e, talvez sobretudo, com uma disposição atitudinal francamente ofensiva e optimista por parte dos militantes da ‘causa da emancipação social’, sobretudo os mais novos”.

Num quarto e último momento, que se estende daqueles anos a 1934, assiste-se ao retrocesso na mobilização dos meios proletários por parte dos núcleos activistas e militantes, resultante de factores como a divisão política e ideológica instaurada no movimento operário entre bolchevistas e anarquistas; as medidas políticas dos governos do Partido Democrático e, posteriormente, da ditadura, com prisões e deportações de militantes; a crise económica que, tocando os diversos sectores de actividade, reduziu, pela pressão do desemprego, a capacidade de reivindicação dos operários; e o próprio questionamento da “revolução social” (Freire, 2003).

A historiadora Irene Pimentel (2008) faz, aliás e precisamente, coincidir “o fracasso da ‘greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934’<sup>7</sup>, em que participaram conjuntamente anarquistas, republicanos, ‘revirahistas’ e comunistas”, com “o ocaso em Portugal do movimento anarco-sindicalista, desmantelado pela repressão e sem capacidade para sobreviver em condições de clandestinidade”.

Não obstante este declínio, importa referir o atentado anarquista a Salazar, a 4 de Julho de 1937, em Lisboa, do qual resultou a prisão do anarco-sindicalista Emídio Santana<sup>8</sup>, e a participação de anarquistas portugueses na luta do povo espanhol contra Franco, nomeadamente através de estruturas como a CGT, a Federação Anarquista da Região Portuguesa e a Federação dos Anarquistas Portugueses Exilados (Rodrigues, 1999).

Edgar Rodrigues, português naturalizado brasileiro que investigou e historiou, de forma autodidacta, a história do anarquismo, sobretudo em Portugal e no Brasil, assinala que, apesar da dispersão e do enfraquecimento do movimento<sup>9</sup>, a sua acção se foi fazendo sentir pontualmente mesmo no período mais severo da ditadura.

Segundo este estudioso, libertários portugueses terão participado no assalto ao paquete Santa Maria, em Janeiro de 1961, e, nessa mesma década e na seguinte, anarquistas ibéricos

---

<sup>7</sup> Em reacção à entrada em vigor, a 23 de Setembro de 1933, do Estatuto do Trabalho Nacional, que interditava os sindicatos livres, foi convocada, por trabalhadores de diversos pontos do país, uma greve geral para 18 de Janeiro de 1934, com o fito de fazer ruir o edifício que estruturava os seus alicerces: o Estado Novo. Apesar de diversas acções de sabotagem, com descarrilamentos de comboios em Braga e na Póvoa de Santa Iria ou um corte de energia eléctrica que deixou Coimbra totalmente às escuras (Mónica, 1981: 554-555), a sublevação fracassou, embora na Marinha Grande os operários vidreiros tenham ocupado, por algumas horas, pontos estratégicos, como o posto da GNR. Os marinhenses revoltosos pagaram caro, nomeadamente ao serem transferidos para o Campo do Tarrafal, que “inauguraram” em 1936, mas ainda hoje é assinalado o simbolismo dessa breve vitória.

<sup>8</sup> Emídio Santana (1906-1988) foi condenado a 16 anos de prisão, mas, terminada a ditadura, retomou a militância activa, sendo director do jornal *A Batalha* e relatando a sua experiência nos livros *História de Um Atentado: O Atentado a Salazar* (1976) e *Memórias de Um Militante Anarco-Sindicalista* (1987).

<sup>9</sup> Durante a ditadura, e não obstante tenham continuado a existir núcleos anarquistas e publicações desta doutrina a circular subterraneamente, o clamor ácrata praticamente silenciou-se, em consequência da estruturação horizontal dos libertários, que dificultava a organização necessária para resistir de forma vigorosa na clandestinidade.

uniram-se para denunciar o terror que se vivia nas prisões de Portugal e de Espanha, cativando intelectuais de várias tendências e realizando congressos na América Latina e no Brasil.

Ainda de acordo com Edgar Rodrigues (1999), alguns jovens portugueses contestatários do Estado Novo e exilados em França e Inglaterra, interessaram-se pelo universo ácrata na sequência do Maio de 68, vindo a criar grupos como O Clarão (Londres, 1973), Nova Porta (Paris, 1973), Portugal Libertário (Neaux, 1974) ou A Ideia (Paris, 1974), que, por norma, editaram publicações homónimas.

Com o 25 de Abril de 1974, os anarquistas regressaram ao espaço público em Portugal, muitos deles carregando anos de exílio, com o objectivo de reavivar o movimento libertário. Houve um comício anarquista a 19 de Julho de 1974, na sede da Voz do Operário, em Lisboa, para comemorar a revolução espanhola, que “reuniu um milhar de pessoas e foi uma explosão de entusiasmo”, foi recriada a Federação Anarquista da Região Portuguesa e surgiram o Movimento Libertário Português e a Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista, mas a hegemonia no meio do proletariado “era estalinista e marxista/leninista” (Zarcone, 2008: 32), proliferando grupos de esquerda e extrema-esquerda dispostos a “jogar no campo da política e não da revolução” (*idem*: 37).

Contrários a eleições – e recorde-se a espirituosa frase “se o voto é a arma do povo, não votes que ficas desarmado” –, os libertários tentaram estimular a intervenção dos cidadãos à margem dos partidos. A população optou, porém, pelas urnas, empolgada com a possibilidade de finalmente votar num partido que podia escolher. E essa vitória bastava-lhe.

Ficava, assim, adormecida a semente anarquista, embora continuem a existir diversos colectivos, segundo Pier Francesco Zarcone (2008: 39), que refere a sua presença em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Cascais, Alentejo e Leiria, exemplificando:

Em Lisboa existem o Centro de Estudos Libertários, com o colectivo editorial de *A Batalha*, e a Biblioteca de Operários e Empregados da Sociedade Geral. Continuam a obrar núcleos da FAI [Federação Anarquista Ibérica], como o Centro de Cultura Libertária de Almada, em Cacilhas, e o grupo do periódico *Acção Directa*, ligado à AIT [Associação Internacional dos Trabalhadores].

Todavia, opina:

O campo de actividade dos grupinhos anarquistas consiste essencialmente na propaganda das ideias libertárias; nas iniciativas culturais, ecologistas e antinucleares; no apoio à Amnistia Internacional; na conservação da memória histórica dos protagonistas e das acções de quando o anarquismo ibérico tinha outra consistência e suscitava medo na burguesia (*ibidem*).

O investigador italiano, residente em Portugal, considera ainda que algumas tendências “modernistas” do anarquismo português produziram iniciativas reformistas alheias a uma real perspectiva anti-sistema e de classe, como o Manifesto Libertário de 1987 (Zarcone, 2009: 130), mas, na verdade, “o moderno meio anarquista português actua num individualismo não socializado que faz da opção anarquista um facto existencial”, apontando que, presentemente, “não há actividade nenhuma dos anarquistas dentro dos sindicatos” (Zarcone, 2008: 39). Face à atomização dos libertários, Zarcone sustenta que, “embora se manifestem fermentos de rebelião ou um desagrado difuso dos quais não se vêem os êxitos, não estamos em nada perto de uma revolução social” (*idem*: 40).

Apesar da nota de desânimo, a evolução da via democrática nos últimos anos, talvez devido ao espectro da crise e à sua posterior consumação, fomentou o (re)surgimento de grupos libertários. Uma navegação pela Internet mostra antigos e jovens anarquistas em diálogo e revela uma partilha de referências (pensadores, obras, premissas, iconografia vária, etc.).

Para Zarcone, o anarquismo português devia tirar partido dos indivíduos de orientação libertária que, estando dispersos, “não acham pontos de referência ou agregação”, limitando-se a pouco mais do que a “leitura de periódicos e livros anarquistas”, quando o que importa é “sair à rua, actuar entre a gente” (*ibidem*).

Um repto com resposta em Setúbal, onde a verve libertária renovou fôlego recentemente, justificando-se a sua análise em torno de um caso concreto – a oposição ao designado “turismo de luxo” em Tróia. Sendo, porém, impossível proceder a esse exame sem conhecer o passado destes movimentos na cidade, recuemos aos dias em que a força dos anarquistas era indissociável de um operariado refractário, sobretudo na mais expressiva indústria sadina: a conserveira<sup>10</sup>.

## **O anarco-sindicalismo em Setúbal durante a I República**

Setúbal tinha o mar; o mar dava-lhe o peixe, de óptima qualidade, acrescente-se; o homem recolhia-o, com esforço é evidente; o nível de vida dessa gente laboriosa, tudo leva a crê-lo, não era porém risonho e em vez de *barrigas cheias* há miséria e em vez de alegria há desesperança.

Uma coisa é contudo ponto assente. O homem deste século já não era o mesmo ser anquilosado que qualquer poder mesquinho subornava. O homem aprendera através do tempo, através da pressão constante, a sentir-se e considerar-se gente com garganta para reclamar e braços

---

<sup>10</sup> No artigo “A indústria conserveira” (<http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb4.html>), a historiadora Maria da Conceição Quintas analisa o crescimento deste sector, contabilizando o número de fábricas em Setúbal. Sendo o primeiro registo de 1897 (26 conserveiras), o máximo foi atingido em 1920, com 130 fábricas a laborar.

para impor justiça. Tudo começou quando ele descobriu que não era uma individualidade mas uma comunidade e, porque uma comunidade, uma força a aproveitar: o proveito era seu.

Em Setúbal, uma parcela mínima da população enchia gulosa e avaramente *a pança* à custa da degradação da restante população. O operário que trabalhasse e que não pensasse; mas não pensar já não era possível (Quintas e outros, 1980: 33).

Esta eloquente descrição da tomada de consciência do homem explorado na sua força de trabalho justifica a inserção de uma citação mais longa do que o usual, nosso ponto de partida para a incursão na realidade operária e fabril de Setúbal no início do século XX, quando a concentração industrial aí provoca “a existência de um operariado numeroso e de uma burguesia onde predominam os proprietários das fábricas de conservas de peixe” (Arranja, 2009: 7).

O historiador Álvaro Arranja destaca que, num Portugal ainda maioritariamente rural, o movimento operário e sindical ganha grande importância em Setúbal, cidade inicialmente de dominância socialista mas que, progressivamente, se vai transformando num baluarte do movimento anarco-sindicalista, chegando a ser conhecida como a Barcelona Portuguesa, ou seja, como um “segundo centro da corrente principal do movimento operário ibérico” (*idem*: 8), dado ter “o maior núcleo anarco-sindicalista do país” (Faria, 2009: 88).

Para melhor compreender este facto, importa mergulhar nas condições laborais daquela que foi a indústria setubalense mais significativa no plano económico e, a todos os títulos, mais efervescente durante nas primeiras décadas do século XX, a indústria conserveira, animada por quatro categorias de labor: os soldados, os rapazes, os trabalhadores ou moços e as mulheres.

De entre todos, “enquanto os outros operários conserveiros, fossem eles ‘rapazes’, ‘trabalhadores’ ou ‘mulheres’, tinham funções vastas e variáveis com a fábrica e a ocasião, os soldados só soldavam: ou seja, a sua tarefa estava perfeitamente demarcada”<sup>11</sup> (Valente, 1981: 626), à data um sinal relevante da importância auto e hetero atribuída a esta classe profissional e resultante de um factor então raro, a especialização<sup>12</sup> necessária ao exercício das suas funções.

Porém, não significava isso que os soldados desfrutassem de melhores condições de higiene e segurança no trabalho (terminologia que nem mesmo era empregue no sentido e nos moldes actuais), pois, como assinala Vasco Pulido Valente, “da irregularidade da alimentação, do calor das oficinas e dos gases tóxicos que respiravam resultava a sua primeira doença

---

<sup>11</sup> Tanto assim era que o “contrato” colectivo de 1908 incluía uma cláusula em que os soldados *aceitavam* ocupar-se da “conservação e limpeza” do seu “lugar na oficina”, um extra face às suas funções (Valente, 1981: 626).

<sup>12</sup> Ao contrário dos restantes operários conserveiros, os soldados precisavam, para acederem à profissão, de um período de aprendizagem, que, em geral, se dividia em duas fases: uma fase de mera instrução e uma longa fase de prática. Durante a instrução, que durava cerca de dois meses, os aprendizes não recebiam nada. Contudo, mesmo depois, por mais um, dois ou três anos, ganhavam só um pequeno salário (Valente, 1981: 627).

profissional, a tuberculose pulmonar”, o que os levava a fornecerem um “desproporcional contingente (...) para o movimento obituário”<sup>13</sup> (*idem*: 630).

Cientes da precariedade da sua condição mas também da mais-valia que constituía a especialização, já em 1897 os soldados dispunham de um sindicato<sup>14</sup>, o que ajudaria à consolidação da sua imagem de “‘aristocracia’ coesa e militante”, evidentemente nada simpática aos olhos do patronato, que entre 1905 e 1911 reduziu de 64,2 por cento para 50,4 por cento o peso dos soldados no total dos operários masculinos a laborar nas conserveiras (*idem*: 620).

Pulido Valente sublinha ainda a este propósito que os braços das “mulheres”, dos “moços” e dos “rapazes” constituíam a larga maioria do operariado (com 73,2 por cento em 1905 e 74,9 por cento em 1911) e foram multiplicados para alimentar as máquinas de cravar, que começaram a aparecer cerca de 1905, enquanto os soldados, “terríveis anarquistas e ameaça para a ordem” (*ibidem*), não atingiam um quarto da força de trabalho e só marginalmente excederam um milhar.

Um levantamento da historiadora Maria da Conceição Quintas permite-nos concluir que, da década de 90 do século XIX até meados de 1920, os trabalhadores das conserveiras, e os soldados em particular, lideram no número de greves em Setúbal. No entanto, as paralisações abrangeram, naquele período, diversos outros grupos profissionais, na sua maioria entretanto organizados em associações de classe<sup>15</sup>: pescadores, manipuladores de pão, carregadores de sal, corticeiros, carroceiros, trabalhadores rurais ou operários da Fábrica do Gás<sup>16</sup>.

Em causa estavam, regra geral, a luta pela redução do horário de trabalho (que chegava a ser de dez ou 14 horas diárias, havendo até referências a jornadas de 20 horas) e/ou a contestação aos salários misérrimos, face aos quais a carestia de vida se tornava insuportável – dois indicadores da exploração patronal, cuja desumanidade fica bem patente na vantagem do ferro sobre a carne que refere o texto abaixo.

A primeira condição exigida pela máquina, se não foi especialmente construída para trabalhar ao ar livre, é o resguardo, a que o seu possuir logo atende. O operário, as mais das vezes, não tem resguardo. Ao sol e à chuva, em oficinas infectas e sujeito a emanações pestilentas, o mísero salariado lá vai perdendo a saúde, sem que pessoa alguma queira saber disso. Uma máquina

---

<sup>13</sup> Indica o autor, citando o jornal *O Distrito*, que 37 de 600 soldados morreram de tuberculose entre 1892 e 1897, situação que continuava a agravar-se cinco anos depois, como o semanário *O Trabalho* fazia notar em 1902.

<sup>14</sup> Registe-se também a criação, em 1891, da Associação dos Soldadores de Setúbal.

<sup>15</sup> Descrita em 1911 como “a terra portuguesa de melhor organização operária”, Setúbal tinha, então, 80 por cento dos operários locais sindicalizados, possuindo, quatro anos depois, 20 associações de classe que comportavam um total de 8.196 operários, dos quais cerca de 78 por cento pertenciam às classes operárias das fábricas, dos trabalhadores do mar e dos soldados, conta Conceição Quintas no artigo “Associações laborais”, disponível no seu *site*, em <http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb10.html>

<sup>16</sup> Uma listagem exaustiva foi elaborada pela investigadora Conceição Quintas, que disponibiliza a informação no artigo “Associações de classe”, em <http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb8.html>.

já se sabe que não pode desenvolver mais do que uma dada força, em condições razoáveis, e, se a levam a despende maior esforço do que aquele que legitimamente pode comportar, deteriora-se rapidamente, inutilizando-se para o serviço, o que cautelosamente se evita, pois se torna em capital perdido; com os homens sucede quase o mesmo, salvo pequenas variantes, com a diferença apenas de que ninguém se preocupa a inquirir se o esforço que realizam é ou não superior ao que lhe permitem as suas condições orgânicas. A questão é pagar-lhes o menos possível e extrair-lhes o mais que em produtividade possam dar. Se a máquina humana se deteriora e arruína, isso é negócio que pouco importa ao seu explorador, que não paga do bolso as reparações, achando no mercado fácil substituição para a peça industrial que se perdeu (Quintas e outros, 1980: 219)<sup>17</sup>.

Uma vez mais, uma citação assaz extensa, cuja inclusão nos pareceu justificar-se pela comparação incisiva e pungente que o artigo – publicado originalmente a 2 de Junho de 1912 n’*O Trabalho*, autodenominado “semanário da classe operária”<sup>18</sup> – estabelece entre o homem e a máquina, evidenciando o desinteresse do patronato pelo trabalhador que de si depende.

As condições referidas foram, portanto, o móbil para o associativismo, numa lógica de “a união faz a força”, e para a realização de muitas greves – umas restritas à cidade, outras de âmbito concelhio ou mesmo distrital; umas consumadas apenas por uma classe, outras que contaram com a solidariedade de diferentes profissões. Enquadra-se nestas circunstâncias a paralisação dos moços e das operárias conserveiras em Fevereiro e Março de 1911, que suscitou a solidariedade de sapateiros, pedreiros, corticeiros, carroceiros e carregadores, nomeadamente de outras localidades da Margem Sul e de Lisboa, e que seria uma das mais emblemáticas greves realizadas em Setúbal, ainda que pelos piores motivos, pois o derramamento de sangue a que deu lugar decretou o “divórcio entre o operariado e os republicanos” (Arranja, 2009: 9).

A designada “greve de Setúbal”, iniciada no final de Fevereiro pelas mulheres empregadas nas fábricas de conservas, que ganhavam 40 réis por hora durante o dia e 50 por hora durante a noite e pretendiam passar a auferir 50 réis independentemente de se tratar de trabalho diurno ou nocturno, estendeu-se até 13 de Março, envolta em polémica e tendo um desfecho trágico.

---

<sup>17</sup> No livro *Greves-Sindicalismo: Setúbal 1910/13* não foi transcrita a seguinte parte do texto supracitado: “Com os homens sucede quase o mesmo, salvo pequenas variantes”. Perante o lapso, cotejámos o texto da obra com o original incluso no semanário *O Trabalho* (edição de 2/VI/1912 e não a de 2/XI/1912, que o livro, erroneamente, indica), tendo completado a nossa citação a partir do jornal. Tal como fora feito no livro, actualizou-se a grafia.

<sup>18</sup> Para avaliar cabalmente a influência da filosofia libertária em Setúbal neste período, é fundamental ter em conta o número de títulos dedicados ao – e/ou participados pelo – proletariado. Vítor de Sá (1981: 853) apresenta-nos a seguinte lista relativa à cidade: *O Trabalho*, fundado em 1872; *A Associação*, 1898 (número único); *O Primeiro de Maio*, 1898 (número único); *O Produtor*, 1900; *O Proletário*, 1900; *O Trabalho*, este fundado em 1900, 28 anos após o seu homónimo antecessor; *O Libertador*, 1901; *Germinal*, 1903; *O Combate*, 1908; *A Alvorada*, 1911; *O Trabalho de Setúbal*, 1913; *O Semeador*, 1915; *Ideia Nova*, 1917; *Voz Sindical*, 1923. A esta listagem, juntamos *O Trabalhador*, com um número único, a 2 de Julho de 1911 (Quintas e outros, 1980: 128).

Logo nos primeiros dias da paralisação, um incidente ficaria registado: o poeta e republicano Paulino de Oliveira – figura ilustre da cidade que, à semelhança da mulher, a escritora e activista feminista Ana de Castro Osório, publicamente se expressava a favor das classes operárias e da igualdade de género – tentou minorar o impacto da greve que afectava a conserveira propriedade da sua irmã, dirigindo-se à fábrica para tomar o lugar das funcionárias. Estas vaiaram-no e terão, alegadamente, procurado agredir as mulheres que o acompanhavam, ao que Paulino de Oliveira ripostou com chicotadas sobre as grevistas. A contradição entre o pensamento e os actos do poeta foi justificada pelo próprio e pela sua esposa como “uma agressão a mulheres em defesa de outras mulheres”, mas terá lesado a imagem pública do casal<sup>19</sup>.

Mas um episódio bem mais grave estava a dias de ocorrer. A 13 de Março, e uma vez mais pretendendo os industriais de duas conserveiras contornar os efeitos da paralisação, verificaram-se confrontos entre as largas centenas de grevistas que se aglomeravam na Avenida Luísa Todi e agentes da Guarda Republicana que escoltavam os patrões (Arranja, 2011), daí resultando a morte dos operários conserveiros Mariana Torres e António Mendes<sup>20</sup>. Tingia-se assim de vermelho a aurora da República, implantada havia apenas cinco meses.

Somente duas décadas mais tarde Setúbal assistiria a outra greve considerada tão marcante pela literatura: a dos marítimos, em 1931. Neste ano, em que as políticas económicas da ditadura se consolidavam, as classes operárias de Setúbal dirigiram ao Governo uma petição segundo a qual a cidade enfrentava “a mais tremenda crise de trabalho [de] que há memória”, estando os setubalenses a assistir “à fome e ao definhamento de seus filhos”, pelo que pediam o urgente “barateamento dos géneros de primeira necessidade”, então “em incomportáveis condições de preço”, mesmo para aqueles que se encontravam empregados (Arranja, 2009: 117-118).

Impedidos de assegurar uma subsistência mínima, a 8 de Abril os marítimos resolveram não voltar à faina sem que os seus pedidos fossem satisfeitos. Tinha assim início um conflito que duraria três meses – ficando conhecido como a “greve dos 92 dias” –, opondo os pescadores aos armadores e levando à acção do aparelho repressivo salazarista, que suprimira o direito à greve.

---

<sup>19</sup> Criticando a intenção de substituir as operárias conserveiras e pondo a descoberto a incongruência da agressão, Martins dos Santos, do *Germinal*, dirigiu-se a Paulino de Oliveira nas páginas do semanário com as seguintes palavras: “São incompatíveis as qualidades de propagandista do feminismo e de poeta e revolucionário com as qualidades de descabeçadores e encaixotadores de peixe nesta situação actual, não pela hierarquia das funções, mas porque o vosso procedimento foi de encontro aos interesses das miseráveis mulheres cuja situação tem inspirado excelentes artigos a tua esposa e belos e revoltados versos ao teu temperamento” (Quintas e outros, 1980: 247).

<sup>20</sup> Na sequência destes acontecimentos, a comissão executiva do Congresso Sindicalista convocou uma reunião das associações operárias, que proclamaram, para o dia 20 de Março, uma greve de 24 horas em solidariedade com os operários de Setúbal. Apesar de a paralisação ter afectado sobretudo Lisboa, a margem sul do Tejo e o Alentejo, é a primeira vez que se fala em greve geral em Portugal. Segundo o jornal *O Mundo* de 21 de Março, “para os lados do Beato, Poço do Bispo, Xabregas, etc., trabalham uns vinte mil operários; pois trabalhavam apenas ontem (...) dois mil”, tendo feito greve na capital “cerca de 65.000 operários” (Arranja, 2009: 57-58).

A sede da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, organizadora da contestação, foi invadida, sendo presos os dirigentes do movimento, entre os quais o pescador e militante anarquista Jaime Rebelo, cuja atitude de resistência se tornaria memorável.

Submetido a tortura, Jaime Rebelo<sup>21</sup> terá receado ceder e denunciar os companheiros. “Porém, sem saber muito bem a razão, tinha levado para a prisão, entre a planta do pé e a meia, uma lâmina de barbear escondida. Então, entre o receio de falar e de mutilar-se, escolheu a segunda opção. Com a lâmina cortou a língua. Desta forma já não lhe podiam arrancar nenhuma denúncia” (*idem*: 121). O gesto, violento mesmo para as práticas da polícia política, inspirou Jaime Cortesão à escrita do poema “Romance do Homem da Boca Fechada”, que circulou clandestinamente nos anos 30 e foi publicado no jornal *Avante!* em Outubro de 1937.

Das muitas greves que, como referimos, Setúbal conheceu<sup>22</sup>, estas duas, separadas por uma vintena de anos, tornaram-se marcos históricos e um reflexo da pujança anarco-sindicalista. Contudo, o endurecimento das perseguições a todos os que se opusessem ao Estado Novo, bem como os demais factores apontados por João Freire (2003) e já mencionados, enfraqueceram o movimento libertário na cidade do Sado, à semelhança do que sucedeu por todo o país.

Não convém, porém, esquecer que, no Processo Revolucionário em Curso (PREC), Setúbal conheceu a frenética criação e agitação das comissões de moradores, cuja urgência de intervenção não era, afinal, mais do que o pôr em prática da sugestão anarquista da autogestão e da acção directa apartidária, ainda que sob a égide do Movimento das Forças Armadas.

A experiência não foi, todavia, duradoura, já que “o assalto partidário verificado demasiado cedo por intermédio dos militantes políticos acabou por dificultar o desenvolvimento de potencialidades inéditas que iniciavam então os primeiros passos, complicando a emergência de uma ideologia autónoma” (Faria, 2009: 189). Um cenário que o “contragolpe” viria agravar.

Na esteira do 25 de Novembro de 1975, a exaltação cívica terá esmorecido, seguindo-se longos anos de uma aparente passividade ou dormência, mas hoje assistimos a um renovado empenho em novas causas, com recurso a uma filosofia antiga adaptada ao contexto actual. A contestação ácrata aos planos de desenvolvimento turístico para Tróia é disso exemplo. A luta

---

<sup>21</sup> De referir que Jaime Rebelo (1900-1975) foi um dos libertários portugueses que integrou movimentos anarquistas também em Espanha, nomeadamente orientados pela Federação Anarquista Ibérica e pela Confederação Nacional do Trabalho, união de sindicatos autónomos de ideologia anarco-sindicalista, tendo ainda participado nas milícias que combateram o franquismo em Aragão e na Catalunha. O seu nome baptiza uma avenida junto ao rio em Setúbal.

<sup>22</sup> Embora menos referida – talvez pela ausência de incidentes dramáticos e pelo quase “final feliz” (a obtenção da promessa de libertação de João Maria Major, um dos mais activos dirigentes sindicais de Setúbal, sob quem pendia o risco de deportação para Guiné) – também é relevante a greve geral decretada pela CGT em Junho de 1925. Esta greve de protesto contra as perseguições a líderes sindicais fracassaria no plano nacional, mas registou uma forte adesão na cidade, com a paralisação de 6 mil trabalhadores, em terra e no mar (Arranja, 2009: 106-109).

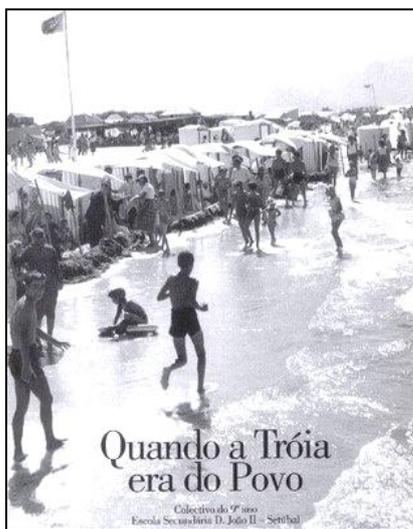
começou na arena político-partidária, mas os anarquistas, dando primazia à acção directa, têm tomado de assalto as ruas de Setúbal, aí assinando as críticas mais constantes e mordazes.

Falemos, pois, das decisões políticas para essa península que Setúbal vê na outra margem do Sado e da colisão de interesses populares e económicos, já expressa nos muros da cidade.

### **Tróia, uma península entre *banhistas* e *turistas***

Para compreender a animosidade com que a população de Setúbal, aqui necessariamente tida de forma genérica, e alguns grupos em particular têm reagido ao Troiaresort e, muito antes deste empreendimento, a outros projectos planeados para a península de Tróia, somos forçados a recuar às décadas de 1950, 60 e 70, para travar conhecimento com uma Tróia que pouco diz a quem nasceu depois da Revolução dos Cravos e que em nada se assemelha à actual estância turística.

Nesse sentido, recorreremos a um conjunto de testemunhos publicado em livro em 2009, precisamente no âmbito das reacções adversas ao Troiaresort, e no qual se evidencia um sentimento que ousamos interpretar como a “memória ferida” da população sadina.



**Capa do livro *Quando a Tróia Era do Povo* (2009), com uma imagem captada pelo fotógrafo Américo Ribeiro em 1957, na qual são visíveis as características da indumentária da época, bem como exemplos das “barracas” de pano.**

Fonte: arquivo próprio

Segundo este volume:

A Tróia era de fácil acesso e as pessoas gostavam muito daquela água. A maioria dos veraneantes era da classe pobre e não tinha acesso a outras praias. Cada família ia com os seus conhecidos e amigos. As pessoas construíam as suas “barracas” com ripas de madeira e depois juntavam os lençóis uns aos outros e faziam uma tenda, bem “arranjadinha”, para poderem suportar

as noites de vento. As crianças adoravam a praia e normalmente passavam lá os 3 meses de Verão (Pinho e outros, 2009: 24).

Levávamos fogões a petróleo e coisas do género, ou seja, levávamos a casa quase toda atrás! Levávamos peixe frito com arroz, pão, sandes com queijo e manteiga, carne frita, fruta, frango assado e para beber era sempre garrações de água e vinho. Levávamos também fogareiro para assar carne, peixe e panelas com comida já feita (*idem*: 71).

E “estava tudo ali à vontade, não se guardava nada, os tachos e as panelas ficavam pendurados nas giestas ou eucaliptos” (*idem*: 33), recordaram alguns dos entrevistados para o livro *Quando a Tróia Era do Povo*<sup>23</sup>.

Nesse tempo, “Tróia era Tróia, não era Tróia dos ricos, era a Tróia das pessoas de Setúbal!” (*idem*: 91) e era uma “época feliz”, asseguram, descrevendo:

Apesar da pouca qualidade de vida, divertíamo-nos e passávamos bons momentos juntos. Era um tempo que tínhamos para estar com a família, com os amigos e fazer novas amizades, com muito convívio, muitas festas, muita e boa música, bons cozinhados, muito de tudo (*idem*: 59).

A 8 de Março de 1961, num artigo intitulado “A península de Setúbal é uma zona privilegiada que importa defender”, publicado inicialmente no *Diário de Lisboa* e reproduzido em *O Setubalense*, o arquitecto Rafael Botelho afirma que Tróia justifica a criação de um parque nacional “que, como noutros países, seja dedicado ao povo para seu benefício, educação e recreio” (*idem*: 95), mas o futuro reservava outros planos para a península.

Em 1962, a Sociedade Agrícola de Tróia vendeu a propriedade à Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia. As mudanças não foram imediatas, mas, gradualmente, “os banhistas cedem lugar aos turistas”, como assinala José Gomes Ferreira (2004: 73), destacando uma mudança de conceito que prenunciava alterações mais profundas.

Com o passar do tempo, os cenários pitorescos que tornaram inesquecíveis os Verões de muitos setubalenses ter-se-ão afigurado incompatíveis com um turismo que ambicionava atrair pessoas de outros pontos do país e do estrangeiro, pelo que o início da década de 70 marcou a viragem de Tróia na direcção de um novo público, mais cosmopolita e abastado.

---

<sup>23</sup> Publicado em Maio de 2009 (1.000 exemplares), o livro teve mais duas tiragens em Junho (1.000 e 1.200 exemplares, respectivamente) e uma quarta em Julho (1.000 exemplares, numa versão ampliada com novas fotos).

A 20 de Junho de 1970, o governador civil de Setúbal revela que “uma nova actividade, a do turismo, ensaia os primeiros passos, para o aproveitamento da península de Tróia para centro de turismo de grande projecção” (Pinho e outros, 2009: 98) e, logo a abrir o ano seguinte, a 13 de Janeiro, *O Setubalense* destaca o conjunto de edificações planeadas para Tróia: “Ao lado das boites, dos cinemas, dos teatros, dos campos de jogos, erguer-se-ão escolas primárias e pré-primárias” num prazo de quatro anos, lendo-se na edição de 17 de Fevereiro do mesmo jornal que “nesta autêntica cidade de turismo que a Torralta vai construir haverá piscinas e parques de jogos, dois supermercados, restaurantes, esplanadas, dez-doze papelarias, livrarias, cabeleireiros, etc.”, oferta que em breve faria de Tróia “um grande centro do turismo europeu!” (*idem*: 102).

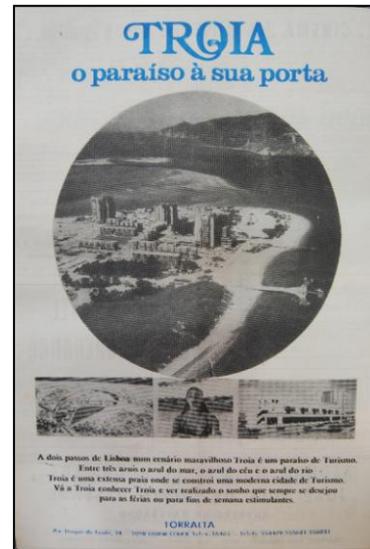
Ganhava, enfim, corpo uma ideia tida anos antes, pois, em 1964, quando a Soltróia viu confirmada a aprovação do anteprojecto geral de urbanização de Tróia, já se antevia a transformação da península “na mais cosmopolita zona turística portuguesa”, como recorda José Gomes Ferreira (2004: 74):

A primeira fase da urbanização previa 4.000 apartamentos, cerca de 1.000 moradias, 17 hotéis (totalizando 1.500 quartos), 3 parques de “roulottes” e 4 parques para campistas, 30 cafés-restaurantes, diversos “dancings” bares, cerca de 300 estabelecimentos comerciais, assim como um conjunto de outras infra-estruturas de apoio. Quando estivesse concluído o empreendimento iria atrair a Tróia uma população, flutuante e permanente, de cerca de 30 mil habitantes, que com o alargamento do projecto chegaria aos 50 mil habitantes.

De acordo com o mesmo investigador, em 1969 a Soltróia associou-se à Torralta, constituindo-se a Sociedade Turística da Ponta do Adoxe, geralmente conhecida apenas por Torralta, e em 1970 foi “lançada uma enorme campanha publicitária em Lisboa para captar turistas”, sendo anunciado para 1974 um grande empreendimento turístico do qual faria parte “um conjunto de apartamentos, com 284 fogos, zonas comerciais e um Clube Hotel com 350 camas” a que se seguiria “a construção de restaurantes, parques de jogos, zonas desportivas e piscinas”, num projecto com “capacidade para 8 mil pessoas, entre os seus 2 mil apartamentos, um grande número de blocos com 13 pisos, além de outras infra-estruturas” (*ibidem*).

**Publicidade da Torralta a Tróia,  
focando-se em Lisboa e destacando  
“a extensa praia onde se constrói uma  
moderna cidade de Turismo”,  
inserida na edição de 26 de Julho de 1982  
do trissemanário *O Setubalense*.**

Fonte: arquivo próprio



Os típicos banhistas – pessoas das classes baixas, nomeadamente pescadores e operariado diverso – estavam arredados do fausto que se anunciava<sup>24</sup>. Este poderia ter como ponto a favor um novo impulso económico regional, mas tal não sucedeu. A opção da Torralta por basear o crescimento na venda de títulos de férias revelou fragilidades que se agravaram com a instabilidade do pós-25 de Abril, levando Tróia a um lento mas progressivo declínio que se prolongaria por vários anos, com consequências como o despedimento de trabalhadores<sup>25</sup>.

Enquanto isso, iam chegando à população de Setúbal as primeiras evidências de mudança.

Em 1991, no início da época balnear, a Torralta vedou o seu complexo, dificultando o acesso a algumas das zonas de praia. Questionado sobre a medida, Albino Moutinho, presidente do grupo Torralta, esclareceu, em entrevista, que a intenção era impedir “que o enorme fluxo de banhistas que se deslocam a Tróia passe por dentro do complexo, precisamente para evitar problemas que se arrastaram durante anos a fio, tais como: poluição sonora, danos materiais, e outras circunstâncias opostas ao desejável turismo de qualidade”. À data, o responsável

<sup>24</sup> A revista da imprensa local de Setúbal que levamos a cabo no âmbito da tese de doutoramento permitiu-nos encontrar, a 5 de Julho de 1978, no *Nova Vida*, uma primeira crítica à clivagem social com Tróia por pano de fundo. Na primeira página dessa edição lê-se “Tróia – Um ‘luxo’ a que nem todos têm acesso”, e no interior encontramos uma crónica – “Em Tróia, de tanga, ou mãos atrás das costas...” (p. 2) – e uma peça com o título destacado na capa (p. 6). Segundo o cronista, em Tróia há um novo conceito de estar na praia, “conceito opinioso, turista, finório, petulante” e “é a burguesia”, são “os papás que, conjuntamente com as mamãs, criam os meninos família, e que todos eles têm aççõs da Torralta”, os únicos a poder pagar os menus que custam “da centena para cima”. São eles quem tem agora lugar na antiga praia dos pobres, enquanto “do lado de cá, onde se desembarca, na margem esquerda, um verdadeiro bairro de ‘barracas’ dá nas vistas, como grandioso acampamento que contrasta com os ‘apartimes’ do lado de lá”. Quanto à peça jornalística, termina com diversas sugestões da repórter, entre as quais para “a criação de refeições turísticas a preços acessíveis” e de “um passe de transportes com descontos”.

<sup>25</sup> Em entrevista para o livro *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal*, Joaquim Pires, trabalhador da Torralta e dirigente da Federação de Sindicatos de Hotelaria e Turismo, esclareceu que, no final de 1974, “a empresa já não tinha condições para satisfazer os compromissos com os cerca de 26 mil pequenos accionistas, que foram os que realmente criaram a Torralta, e por outro, perspectivava-se a falta de dinheiro para pagar os salários em atraso. Além disso, adivinhava-se já o risco de a empresa, que foi fundada em 1968, vir a sofrer muitos revezes e até ‘afundar’ por causa dos problemas financeiros” (Brinca e Baía, 2001: 149). À data da entrevista (2000), “dos mais de mil trabalhadores restam agora cerca de 150 em Tróia”, lamentava-se Joaquim Pires (Brinca e Baía, 2001: 151).

pronunciou-se também sobre a mudança do cais de desembarque dos *ferryboats*: “Tal como está é uma chaga completa. Somos nós a produzir uma nova imagem de qualidade e uma ‘corrente’ de pessoas e carros a desaguar em Tróia, em antítese aos nossos objectivos”<sup>26</sup>, o que justificava a sua mudança para a Base Naval dos Fuzileiros, a oito quilómetros de distância, mantendo-se o trajecto dos barcos apenas de pessoas e não de veículos, os designados convencionais.

A vedação colocada pela Torralta foi notícia na imprensa local ao longo do Verão, incitada por tomadas de posição partidárias. Mas, enquanto a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP condenava “a forma arbitrária e prepotente como tais medidas foram postas em prática”<sup>27</sup>, a Coordenadora distrital de Setúbal da UDP via na acção “uma lógica de afastamento das populações em favor do turismo de luxo, quase exclusivamente frequentado por estrangeiros”<sup>28</sup>, e o PSR defendia “o derrube da rede e do arame farpado” e “o direito colectivo de livre acesso ao mar e às praias”<sup>29</sup> e lamentava o “turismo tipo África do Sul”<sup>30</sup>, outras medidas soavam, caso da anunciada proibição de acampar na Caldeira, no Canto do Verde e na Soltróia, que motivou uma reportagem do jornal *O Setubalense*.

Em aparente defesa dos campistas, o jornalista descreve:

Quem pensar que este campismo selvagem é rudimentar, engana-se! Tendas existem mais bem equipadas que certas habitações sociais. A nossa reportagem teve oportunidade de constatar “in loco” o asseio em que os campistas coabitam. A maioria deles, logo em Abril, Maio, começam a “guardar lugar” e a montar as infra-estruturas: casa de banho, buracos para o lixo...

O repórter refere ainda o ânimo com que são recebidas as restrições. Conta uma entrevistada que, por boicote, faz as compras em Setúbal ou na Comporta, nunca nos supermercados da Torralta: “Antes íamos, mas com a forma arrogante deles já não gastamos de lá. E perdem bastante com isso”. A frase espelha uma animosidade instalada, sentimento que não incomodará os gestores dos empreendimentos da península, a avaliar pelas declarações de Pessoa de Araújo, engenheiro da Soltróia, difundidas na mesma reportagem: “Este ano a Soltróia ainda fechou os olhos ao acampamento selvagem, mas para o ano é certo que tal já não vai ser permitido. Nem está nas previsões a construção de nenhum parque de campismo no nosso território, vocacionado para o turismo de alta qualidade”<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> “Torralta quer transformar Tróia na capital do turismo”, em *O Setubalense*, 26/06/1991, p. 9.

<sup>27</sup> “PC (Setúbal) contra vedação em Tróia”, em *O Setubalense*, 17/07/1991, p. 8.

<sup>28</sup> “Não queremos em Tróia um novo Algarve”, em *O Setubalense*, 29/07/1991, p. 8.

<sup>29</sup> “PSR dá novo passo contra a vedação da Torralta em Tróia”, em *O Setubalense*, 29/07/1991, p. 11.

<sup>30</sup> “PSR denuncia compadrio CMS/Torralta”, em *O Setubalense*, 06/09/1991, p. 9.

<sup>31</sup> “Tróia mete ‘trancas’ a campismo selvagem”, em *O Setubalense*, 23/08/1991, p. 8.

Todavia, como referimos, os planos de uma grande cidade turística, prévios à Revolução, não avançaram de vento em popa e, com o tempo, a degradação dos equipamentos tornou-se visível, contribuindo para que sucessivos governos vissem Tróia mais como um caso problemático do que como um terreno fértil para novas apostas turísticas. Talvez por isso a Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/97, de 17 de Outubro, tenha transformado “a vocação *original* de Tróia” – o turismo – numa “vocação aberta à função residencial” (Ferreira, 2004: 75).

Entretanto, a 9 de Julho terminara o processo da venda dos créditos detidos por entidades públicas na Torralta e fora celebrado um acordo entre o Estado português e o grupo Sonae, sendo que a ida da Sonae para Tróia – em que se juntou aos restantes investidores (Soltróia e Grupo Pestana) – culminou na elaboração do Plano de Urbanização de Tróia pela Câmara de Grândola. E embora o Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano previsse para Tróia um limite de 10 mil camas turísticas, no somatório com as camas de segunda residência o total apontava para mais de 15 mil, merecendo o Plano de Urbanização parecer desfavorável do movimento Cidadãos por Tróia<sup>32</sup> e do PSR, entre outros grupos e indivíduos.

**Mural do PSR, força política que se diluiu no Bloco de Esquerda, contra o designado “turismo de luxo” em Tróia. O “origami” pintado parece evocar as famílias numerosas que frequentavam a praia nos Verões dos anos 1950, 60 e 70.**

(Setúbal, 1997)

Fonte: arquivo próprio



Em Novembro de 1997, o PSR considerou que a Sonae “insulta a população”, ao prever para Tróia “um condomínio privado, só aberto a clientes”<sup>33</sup>, enquanto, em Janeiro de 1998, os

<sup>32</sup> Álvaro Arranja, do PS, Jaime Pinho, do PSR, Chaleira Damas, vereador CDU na Câmara de Setúbal, Zélia Afonso, da Associação José Afonso, o ex-presidente da Quercus Viriato Soromenho-Marques e Francisco Ferreira, então presidente da associação ambientalista, são, em 1998, os rostos visíveis do grupo, composto também por algumas dezenas de cidadãos anónimos. No seu “manifesto”, o grupo, que se revela preocupado com os eventuais impactos da aplicação do projecto Sonae a nível ambiental, económico e humano, alerta que, “ao privilegiar-se a vertente imobiliária colocando em segundo plano a hoteleira, não haverá a criação de emprego e irá pôr-se em risco os existentes”, e afirma que “o turismo que for praticado por este empreendimento será sempre de pseudoluxo”, na medida em que “a esmagadora maioria dos portugueses não lhe terá acesso, nomeadamente aqueles que actualmente mais frequentam estas paragens – setubalenses e alentejanos”.

<sup>33</sup> “PSR vai protestar frente ao Governo Civil”, em *O Setubalense*, 07/11/1997, p. 10.

Cidadãos por Tróia qualificaram o projecto de “facada nas costas”<sup>34</sup> e “apartheid contra a população de Setúbal que está, histórica e sentimentalmente, ligada a Tróia”<sup>35</sup>.

Uma ideia reiterada em Maio, quando o grupo criticou à Sonae “a nítida intenção de afastar as populações da fruição das praias”<sup>36</sup>, mostrando que não se dera por convencido com as palavras de Fernando Castro, administrador da Torralta, que dias antes se defendera do que designava por “espantalhos que foram agitados propositadamente no sentido de mistificar situações ou de levantar falsos testemunhos”, assegurando que não fazia sentido dissociar Tróia de Setúbal:

Todo o nosso interesse vai no sentido do reforço da articulação dos fluxos entre Setúbal e Tróia. Setúbal é uma das portas de entrada em Tróia, bem sei que se trata de uma estrada fluvial mas que a torna até mais interessante, e portanto, toda a nossa estratégia vai no sentido de reforçar esses laços. Não há nenhuma acção, nem podia haver, no sentido de proibir, cercear ou não facilitar o acesso das pessoas. Nós trabalhamos com turistas, independentemente do seu local de origem, que pode ser Setúbal, Grândola, Inglaterra ou Estados Unidos.

“O que tem que haver é alguma disciplina normal e exigível a qualquer cidadão na utilização de espaços comuns”<sup>37</sup>. De resto, o acesso à praia, a possibilidade de acesso a todas as infra-estruturas que existem na Torralta, será não só facilitada, mas irá mesmo ser encorajada”, garantia o responsável na mesma entrevista, esclarecendo que o trânsito de “camiões, autocarros e automóveis é contraditório com um princípio de estância turística” – o que justificaria a mudança de cais dos *ferryboats* – mas “o acesso de pessoas sem veículo automóvel” não estava comprometido, já que haveria “uma carreira regular” que transportaria os setubalenses para o cais a que estavam habituados “em boas condições e em barcos rápidos”<sup>38</sup>.

A 5 de Janeiro de 1999, a Sonae apresentou ao Governo o Plano Definitivo de Investimento para Tróia, correspondente a um investimento de 40 milhões de contos e direccionado para o turismo familiar de classe média-alta e alta, sendo então enfatizadas as vantagens do projecto para a região envolvente, já que estudos preliminares desenvolvidos pelo ISCTE apontavam para

---

<sup>34</sup> “Há grupo de pressão para ‘salvar Tróia’”, em *O Setubalense*, 16/01/1998, p. 11.

<sup>35</sup> “Contra a ‘ocupação imobiliária’ nasceu o grupo de pressão Cidadãos por Tróia”, em *Setúbal na Rede*, 19/01/1998.

<sup>36</sup> “Cidadãos por Tróia receiam pelo futuro da península”, em *Setúbal na Rede*, 25/05/1998.

<sup>37</sup> Note-se que alguns cidadãos reconheciam problemas no anterior usufruto de Tróia, como o demonstra a crónica “Tróia: a nova Vilamoura”, de Marília Nascimento, publicada a 1 de Julho de 1998 (p. 3) n.º *O Setubalense* e da qual segue um excerto: “Digamos, desde já, que não somos – nem hoje é concebível – saudosistas de uma Tróia de ‘bilha e garrafão’, onde a família se reunia à volta da caldeirada e da sardinha assada ao ar livre, lixo e detritos a conspurcar a brancura da areia, praia livre e popular mas desaproveitada e primitiva”.

<sup>38</sup> “Futuro de Tróia passa pela defesa do ambiente e por manter viva a alma da região”, em *Setúbal na Rede*, 18/05/1998.

a fixação de novas actividades a montante e a jusante do empreendimento, resultantes da construção de novas infra-estruturas. Perspectivando um crescimento de 8 por cento no emprego nos municípios de Setúbal, Alcácer do Sal e Grândola e para um valor acrescentado bruto (VAB) anual directo de 7,5 milhões de contos e indirecto de 12,7 milhões de contos, o estudo assinalava que “o desenvolvimento económico de Tróia contribuirá ainda para contrariar o processo de regressão demográfica da região, fixando actividades económicas e emprego e terá impacto quantitativo e qualitativo sobre a estrutura de equipamentos da zona envolvente”<sup>39</sup>.

Seguiu-se, a 12 de Fevereiro, uma visita do líder do grupo a Setúbal para falar do projecto. Questionado sobre a preocupação de grupos cívicos da cidade quanto a um eventual afastamento da população do complexo da Torralta, Belmiro de Azevedo afirmou que, apesar de Tróia continuar a ter espaços de livre acesso, aquele era um “empreendimento privado”. Como tal, “só lá entram ou os clientes ou as pessoas que convidarmos”<sup>40</sup>, adiantou.

Com eleições legislativas à porta, frases como estas incitavam o tema a tornar-se bandeira de campanha, e o recém-criado Bloco de Esquerda (BE) percebeu-o. Carlos Santos, cabeça-de-lista do partido por Setúbal, foi peremptório: “É inadmissível a privatização da praia de Tróia e que a população de Setúbal seja excluída”, pelo que o Bloco “tudo fará para que Tróia seja de todos”<sup>41</sup>.

A 22 de Julho, a apresentação pública do Plano de Urbanização de Tróia desencadeou novas reacções negativas, com os Cidadãos por Tróia a classificarem os planos para a península de “projecto imobiliário e hipócrita ao qual chamam projecto turístico”<sup>42</sup> e, a 16 de Agosto, Carlos Santos (BE) elencava os malefícios do empreendimento – “afasta a maioria da população dessa magnífica zona natural”, “não tem em conta o património histórico e cultural daquela área” e “põe em risco o ambiente” – apelando a uma atitude de “rotura com tudo aquilo que desde sempre foi feito pela Torralta e que a Sonae agora tem seguido”<sup>43</sup>.

António Pinto, presidente do Conselho de Administração da Imoareia, empresa criada para adquirir os créditos do Estado sobre a Torralta e desenvolver o projecto turístico da Sonae, procurou, então, acalmar os ânimos:

Compreendo os receios dos setubalenses, que me merecem todo o respeito, mas não haverá qualquer condicionamento à utilização das praias, porque quem quiser vir de carro dos Fuzileiros para Tróia pode fazê-lo e estacionar em parques criados para isso, e que vão dispor de cerca de 3

---

<sup>39</sup> “Sonae quer porto de recreio em Setúbal”, em *O Setubalense*, 08/01/1999, p. 7.

<sup>40</sup> “Autarquias ao lado da Sonae para a implementação do projecto Torralta” em *Setúbal na Rede*, 15/02/1999.

<sup>41</sup> “Carlos Santos à cabeça”, em *O Setubalense*, 19/07/1999, p. 11.

<sup>42</sup> “Plano da Torralta apresentado em Setúbal”, em *Setúbal na Rede*, 26/07/1999.

<sup>43</sup> ““Stop Sonae! Stop destruição de Tróia!””, em *O Setubalense*, 16/08/1999, p. 5.

mil lugares. Para os utilizadores que vierem sem carro, vamos oferecer meios de transporte até às praias. Não está nos nossos planos desincentivar as pessoas de fruírem dos benefícios de Tróia, antes pelo contrário, estamos a criar condições para que a população encontre aqui um produto de qualidade<sup>44</sup>.

Não obstante a contra-argumentação empresarial, no seu discurso o Bloco de Esquerda manteve a tónica na exclusão, como o comprova o facto de, a 13 de Agosto de 1999, quando os candidatos do partido pelo distrito de Setúbal entregaram uma carta de protesto contra os planos da Sonae a Elisa Ferreira, então ministra do Ambiente, o empreendimento de Belmiro de Azevedo ser acusado de pretender “afastar o povo das praias”, ao transferir o cais dos *ferryboats* para um antigo embarcadouro dos fuzileiros. Para travar o projecto, o BE desafiava o Governo a promover o investimento no ecoturismo, cultural e ambiental, dedicado ao turismo de massas<sup>45</sup>.

Na primeira metade da década de 2000, os trâmites inerentes ao licenciamento do projecto prosseguiram lentamente, levando Belmiro de Azevedo, para quem o empreendimento – um investimento de 500 milhões de euros (80 milhões do Grupo Amorim, 70 milhões do Grupo Pestana e 350 milhões da Sonae) para uma área de 440 hectares (que seria afinal de 486), com 10.000 camas turísticas e 4.500 residenciais e que previa criar mais de 2.500 postos de trabalho – não se compadecia com demoras, a acusar os sucessivos governos de “paralisia burocrática”<sup>46</sup>.

A crítica teve lugar em Setembro de 2005, cerca de sete meses após a assinatura do contrato de concessão do transporte fluvial no Sado à Atlantic Ferries, do grupo Sonae, que marcava o início de mais uma batalha da população de Setúbal.

À data do protocolo, Henrique Montelobo, administrador da Sonae Turismo, afirmou que o projecto ia “aproximar mais o Litoral Alentejano de Setúbal e deixar Setúbal mais perto dos turistas que visitam Tróia”<sup>47</sup> – uma frase ambígua que não permite perceber em que “categoria” a empresa incluía os setubalenses. Estes, porém, cedo se sentiram excluídos, não tanto pela deslocalização do cais de desembarque mas pelas novas tarifas associadas à travessia do rio.

Embora em Julho de 2008 o responsável tenha garantido pretender “que todos os setubalenses continuem a frequentar e a identificar-se com as praias”<sup>48</sup>, no mesmo mês a Câmara de Setúbal decidiu solicitar à Secretaria de Estado dos Transportes que se pronunciasse com urgência sobre o aumento de preços nos transportes fluviais entre Setúbal e Tróia, já que este

---

<sup>44</sup> “Prometido turismo ambientalmente correcto, Tróia continuará a ser da população”, em *Setúbal na Rede*, 23/08/1999.

<sup>45</sup> “Em carta aberta à Ministra do Ambiente Bloco de Esquerda rejeita projecto Torralta”, em *Setúbal na Rede*, 16/08/1999.

<sup>46</sup> “Uma ‘nova’ Tróia vai nascer depois da implosão”, em *Setúbal na Rede*, 09/09/2005.

<sup>47</sup> “Atlantic Ferries já é concessionária do transporte fluvial no Sado”, em *Setúbal na Rede*, 14/02/2005.

<sup>48</sup> “Novos barcos para Tróia a partir da próxima semana”, em *Setúbal na Rede*, 10/07/2008.

ameaçava afastar de Tróia “uma população de cerca de 115 mil habitantes, residente a pouco mais de três mil metros da península”, advertindo que o empreendimento não era “socialmente viável sem a presença constante dos setubalenses que utilizam as praias de Tróia”<sup>49</sup>.

De acordo com a notícia, o preço das viagens entre Setúbal e Tróia e vice-versa aumentara de 1,15 euros para dois euros para passageiros, de 5,70 euros para 9,50 euros para viaturas ligeiras, incluindo o condutor, e de 14,50 euros para 19 euros para veículos pesados – tabela que se manteve em 2009, com a agravante de um *ferryboat* exclusivamente para passageiros que no ano anterior circulara com um bilhete de 1,30 euros ter sido retirado do circuito.

Um problema a que outro se somava – o do preço do estacionamento subterrâneo, que em Março se anunciava no valor de 65 cêntimos por cada fracção de 15 minutos, o que podia chegar aos dez euros diários. Como a construção do Troiaresort deixara apenas cerca de 60 lugares à superfície, e os apartamentos antigos têm 421 fogos, a que acrescem os lugares necessários para os moradores dos novos apartamentos, funcionários e utilizadores das lojas, etc., tornava-se previsível que tanto os visitantes como os moradores tivessem de recorrer ao parque subterrâneo.

São motivos de sobra para que, a quatro meses das eleições autárquicas, os partidos regressem ao assunto, com a presidente da Câmara de Setúbal, Maria das Dores Meira, a apelar à Sonae para que esclareça se o Troiaresort é, afinal, “uma operação encapotada de privatização do espaço público” e “se quer ter, ou não, os setubalenses em Tróia, ou se os quer afastar de lá de uma vez por todas”, alertando que afastar a população sadina de Tróia seria um erro social, cultural e económico, na medida em que apenas os setubalenses – “comunidade que sente Tróia como parte integrante da sua terra, ainda que, por meras circunstâncias administrativas, aquela península esteja noutra concelho”<sup>50</sup> – podem criar condições de sustentabilidade para muitos dos equipamentos destinados a funcionar em Tróia durante todo o ano e não apenas no Verão<sup>51</sup>.

Por seu lado, o Bloco de Esquerda aplicou ao novo contexto um termo inicialmente empregue pelo PSR, um dos partidos que estiveram na origem desta força política. Segundo Albérico Afonso, candidato do BE à Câmara de Setúbal, as tarifas representam “uma espécie de *apartheid* e um boicote efectivo promovido pela Sonae”, que “ousou expulsar os setubalenses”<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> “Câmara quer ouvir Governo sobre ligações para Tróia”, em *Setúbal na Rede*, 21/07/2008.

<sup>50</sup> “Será que a Sonae quer privatizar praia de Tróia?”, em *O Setubalense*, 24/06/2009, p. 7.

<sup>51</sup> A realidade parece confirmá-lo. Visando cativar, para a oferta turística do *resort*, um público menos abastado, em Dezembro de 2011, a Atlantic Ferries lançou uma campanha em que, todas as sextas desse mês, as seis carreiras entre as 16h05 e as 21h55 no sentido Setúbal-Tróia eram gratuitas para os passageiros das viaturas de tarifário A.

<sup>52</sup> Segundo a notícia “Autárquicas/Setúbal: Candidato do BE quer ‘devolver Tróia aos setubalenses’”, difundida a 19 de Junho de 2009 pela agência Lusa, na apresentação da sua candidatura em Setúbal, no dia 18, Albérico Afonso designou mesmo os setubalenses como “legítimos proprietários” de Tróia. E, de acordo com a peça “‘A Sonae quer privatizar Tróia de forma escandalosa!’”, publicada n’*O Setubalense* a 8 de Julho (p. 7), Francisco Louçã, líder do BE em visita a Setúbal a 7 de Julho para apadrinhar o candidato, afirmou – numa similar noção de propriedade – que Tróia fora “retirada aos setubalenses em nome das oportunidades de negócio” de Belmiro de Azevedo.

das praias de Tróia”, obrigando os “mais pobres a irem para a praia da Saúde, que está transformada num verdadeiro lixo”. Lamentando o facto de os bilhetes “nunca mais baixarem, como inicialmente estava previsto”, Albérico Afonso assinalou que uma família de cinco pessoas pagaria quase “trezentos euros, só em viagens, para passar quinze dias nas praias de Tróia”<sup>53</sup>.

Neste mesmo Verão, ficou *online* a petição “Quando a Tróia era livre”<sup>54</sup>, dirigida ao presidente da Câmara de Grândola, Carlos Beato. O autor do texto, que ainda pode ser consultado na Net, assinala que “o facto de Tróia pertencer ao Concelho de Grândola não foi a única justificação para que o ‘Debate Público’ sobre o projecto fosse agendado para Grândola, para bem longe daqueles que historicamente usaram as suas praias”, deixando implícito que houve a intenção de ignorar as vozes dos setubalenses descontentes. A petição contra a alegada vontade de “acabar com o que é de Todos e de Todas” reuniu 900 assinaturas.

Em Agosto, pronunciaram-se Os Verdes (PEV), acusando o Executivo de ceder aos interesses económicos, contradizendo a defesa do ambiente e permitindo “as construções em cima de dunas primárias e em zonas não consolidadas”, bem como uma travessia dos *ferryboats* que interferia com a “zona de alimentação do golfinho-roaz”. O PEV insurgiu-se também contra o elevado preço dos bilhetes, que deste modo privilegiava um “turismo de elites”<sup>55</sup>.

Não obstante a controvérsia em torno dos preços praticados pela Atlantic Ferries, João Silveira Lobo, administrador da Sonae Turismo para a área imobiliária, assegurava em Maio de 2010 que a descida das tarifas não estava prevista, já que era imperativo pagar o investimento de 35 milhões de euros feito nas estruturas e nos equipamentos afectos à travessia. Isto apesar de reconhecer a afluência inferior ao esperado no Troiaresort, espaço que sempre valorizou Lisboa como referente geográfico, apresentando-se – num vídeo promocional em que Setúbal não é mais do que uma alusão fugaz – como estando “apenas a uma ponte de distância”<sup>56</sup> da capital.

Ali ostensivamente ignorada, a travessia do Sado continuou a motivar contestação na cidade, nomeadamente devido ao agravamento do preço dos bilhetes<sup>57</sup> anunciado em Janeiro de 2011 pela Atlantic Ferries – a pretexto de reequilibrar financeiramente a empresa – e contra o qual se insurgiram a presidente da Câmara de Setúbal e a Associação Viver Tróia.

Desagradada, parte da população manifestar-se-ia publicamente a 2 de Abril passado, aderindo a uma *flashmob* (espécie de manifestação-relâmpago) convocada pelo Charrôque da

---

<sup>53</sup> “BE diz que preços transformam Tróia num *apartheid*”, em *Setúbal na Rede*, 08/07/2009.

<sup>54</sup> Disponível em <http://www.peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=P2009N186>.

<sup>55</sup> “Os Verdes consideram que Tróia pratica um ‘turismo de elites’”, em *Setúbal na Rede*, 31/08/2009.

<sup>56</sup> No vídeo, em língua inglesa, o narrador diz “just a bridge away”.

<sup>57</sup> A Atlantic Ferries anunciou no início do ano que os bilhetes aumentavam de dois para 2,5 euros (passageiros), de 9,60 para 11 euros (viaturas, incluindo o condutor), e, nos passes mensais, de 40 para 60 euros.

Prrofundurra<sup>58</sup> “da manêrra mai seccrêta du meie das trrincheirras digitais do Facebook”<sup>59</sup>. A ideia é que os cidadãos protestassem de forma pacífica na Praça do Bocage, ali improvisando uma praia. Muitos participantes levaram, além da indispensável toalha, insufláveis e óculos de natação, além de cartazes em que se lia – no espírito da acção – frases como “Nem os golfinhos gostam de ti, Belmiro! Queremos os ferrys na travessia original” ou “Iste agorra pa irr pa Trróia tá même mau. É c’a gente tames todes teses que nêem um carrapau!”.



**A acção promovida a 2 de Abril de 2011 na Praça do Bocage.**

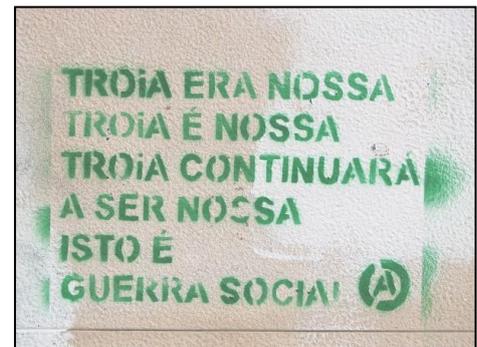
Fonte: *blog* do Charrôque da Prrofundurra

Também os anarquistas, que a dada altura mostram acompanhar com atenção o evoluir do empreendimento da Sonae, têm usado de um misto de arrojo e humor na sua abordagem contestatária à condição da população de Setúbal perante a “nova Tróia”.

**“Declaração de guerra” dos anarquistas ao Troiaresort, empreendimento cuja primeira fase foi formalmente inaugurada a 8 de Setembro de 2008.**

**(Setúbal, 2008)**

Fonte: arquivo próprio



Em 2010, acesa a discussão sobre o elevado preço dos bilhetes da travessia, pintaram a frase “O ferry vai e volta, a nós resta-nos a revolta” a poucos metros do cais de embarque em Setúbal. Por veicular um sentimento da comunidade ou pela sintonia com a própria autarquia, a frase ali continua. Sorte distinta teve a mensagem “Coisas finas na Tróia só se for a areia”,

<sup>58</sup> Projecto de Setúbal, criado por Rui Garcia, que, parodiando a fala típica da cidade, com os “erres” carregados, começou por ser um *blog*, se estendeu a uma loja e a dois livros, granjeando de uma extraordinária popularidade, como o expressa o facto de ter mais de 13.500 amigos no Facebook.

<sup>59</sup> *Blog* do Charrôque da Prrofundurra, entrada de 8 de Abril, em <http://charroquedaprrrofundurra.blogspot.com/-2011/04/1-flashmob-do-charroque-da-prrofundurra.html>.

também assinada com o inconfundível A dentro de um círculo. Pintada nas traseiras da própria bilheteira, foi ocultada com tinta branca em menos de uma semana, fazendo contrastar a sua efemeridade com a longevidade da luta destes novos grupos ácratas.

### **Novos anarquistas em Setúbal e o cavalo de batalha de Tróia**

A secção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores, que publica o Boletim Anarco-Sindicalista, é uma das referências mais frequentes quando se analisa a actual presença e actividade libertária em Portugal. Existem, porém, diversos outros grupos noutros tantos pontos do país. Nem sempre com instalações físicas ou com publicações regulares, estes colectivos estão unidos por uma filosofia que podemos classificar genericamente de “anti-sistema”, mantendo-se, portanto, fiéis às premissas anarquistas originais.

Como tal, a crítica ao Estado, ao poder económico e à autoridade nas suas várias formas são traços constantes e dominantes no discurso destes grupos, que funcionam sem hierarquias, ou seja, com uma estrutura horizontal, e agem maioritariamente através da exibição de películas (filmes, documentários, reportagens) de cariz social e político, da organização de tertúlias, palestras e debates de teor predominantemente ideológico e da promoção de *ateliers/workshops* ou da apresentação de publicações impressas interventivas, concertos e exposições.

O tipo de actividades é comum a grupos ou espaços anarquistas do Porto (Gato Vadio, Colectivo Anarquista Hipátia, Círculo de Estudos Sociais Libertários, Terra Viva!), Almada (Centro de Cultura Libertária), Lisboa (Tertúlia Liberdade, Centro Social da Mouraria, Biblioteca e Observatório dos Estragos da Sociedade Globalizada)<sup>60</sup>, Aljustrel (Colectivo Gonçalves Correia) ou Setúbal (Casa Okupada de Setúbal Autogestionada, KylaKäncra). Não funcionando de uma forma organizada – no sentido estrito do termo –, estes colectivos partilham informação pela Internet e mostram-se solidários com as causas de cada um, difundindo apelos, incentivando acções de protesto e expressando reacções, amiúde de indignação e revolta.

Posto isto, em nossa opinião, estes colectivos reúnem as características que definem os designados “novos movimentos sociais”, tais como as apresenta Alberto Melucci e que Vieira de Faria (2009: 61) sintetiza do seguinte modo: situam-se fora da esfera do trabalho e da produção; caracterizam-se por uma desconfiança comum para com o Estado (partidos e políticos); desenvolvem uma acção crítica e contestatária, colocando em questão, de maneira mais ou menos radical e explícita, um aspecto particular das condições gerais de existência; são acompanhados de uma vontade pragmática de reapropriação imediata dessas mesmas condições

---

<sup>60</sup> Outro nome da Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral, já que a sigla – BOESG – se mantém.

gerais de existência, gerando um desabrochar de práticas alternativas; exprimem uma nova cultura política, centrada em novos valores, como viver melhor, qualidade de vida, direito à diferença; não dispõem de uma articulação das diferentes frentes de luta, o que representa uma relativa fraqueza política; são dominados por particularismos específicos, enfermando de um carácter periférico relativamente à relação social central que é o capital.

Dada a “juventude” de alguns destes colectivos, a literatura sobre a sua origem e evolução é escassa ou inexistente, o que nos força a recorrer ao conhecimento empírico, nomeadamente no que respeita à Casa Okupada de Setúbal Autogestionada (COSA)<sup>61</sup>, projecto alternativo de difusão de ideias libertárias que desde 13 de Outubro de 2000 funciona como ponto de passagem e paragem de anarquistas, promovendo o conhecimento sobre o passado destes movimentos na cidade através de iniciativas como os passeios pela memória histórica de Setúbal, pensados para recordar “o pulsar antiautoritário das veias sadinas” e “as lutas travadas pelas suas gentes”<sup>62</sup>.

O primeiro Passeio pela Memória Histórica Anarquista de Setúbal decorreu em 2007, realizando-se uma segunda edição a 11 de Outubro de 2009, no âmbito do 9.º aniversário da COSA. No folheto de divulgação do evento – assinado pelos “Anarquistas das Terras do Sado” – lê-se:

Porque houve tempos em que a nossa terra não ia em cantigas eleitorais, porque houve alturas em que as nossas gentes sabiam que a polícia não era parte da solução mas sim do problema, e porque sabemos que esses tempos não foram assim tão distantes, queremos relembrar e celebrar a velha Setúbal, aquela que ainda hoje se opõe aos planos dos “grandes” e “poderosos”, que resiste à “Nova Setúbal” dos Tróia Resorts e Vales da Rosa<sup>63</sup>.

Aqui apenas aflorada, a animadversão ao empreendimento da Sonae Turismo havia ficado, no mês anterior, Setembro de 2009, bem patente no folheto “Em praias de betão, em vez de areia, há alcatrão”<sup>64</sup>, distribuído na cidade pelos auto-intitulados “Alguns anarquistas do Sado”.

O folheto – um extenso e argumentativo libelo ao poder político e económico – critica as “leis e portarias” que tornam “locais onde não se podia construir e zonas anteriormente

---

<sup>61</sup> A casa em questão é o n.º 2 da Rua Latino Coelho, no Bairro Salgado, zona nobre da cidade que já conhecera ocupações no pós-25 de Abril, quando “a Comissão de Moradores ocupou um prédio que pertencia ao Convento de São João, e lá formou uma creche, um jardim-de-infância, aproveitou o primeiro andar para alojar famílias das ex-colónias e criou salas para a alfabetização de adultos” (Brinca e Baía, 2001: 31).

<sup>62</sup> “II Passeio pela Memória Histórica Anarquista de Setúbal” (folheto de divulgação da iniciativa).

<sup>63</sup> A frase contém um trocadilho alusivo à urbanização Nova Setúbal, projectada desde 2001 para o Vale da Rosa e que, tal como o Troiaresort, foi alvo de acesas críticas, neste caso sobretudo pela associação ambientalista Quercus, dado os 7.500 apartamentos previstos implicarem o abate de cerca de mil sobreiros, alguns já centenários.

<sup>64</sup> O texto integral do folheto está disponível *online* no *site* da Rede Libertária, em <http://redelibertaria.blogspot.com/2009/11/em-praias-de-betao-em-vez-de-areia-ha.html>.

protegidas” em “paraísos para construtores e empreiteiros”, apontando o dedo à Nova Setúbal e, claro, ao Troiaresort:

Construído por cima de dunas e em geral numa zona extremamente importante para os ecossistemas da zona de Setúbal vai ter cerca de 15.000 camas e até os Ferrys foram desviados do seu percurso normal para que os ricos se apropriem da península. Onde havia anteriormente a praia encontra-se hoje uma aberração sem qualificação possível, encontra-se a representação exacerbada daquilo que o capitalismo nos oferece a cada dia.

Apologistas de que “nada nem ninguém usurpe as zonas onde a natureza se desenvolve de maneira selvagem”, estes anarquistas do Sado classificam projectos como o Troiaresort de “metas inevitáveis do poder” e afirmam que “o conflito social que se gera por esse mundo fora é a guerra dos bairros de barracas contra os Resorts de luxo, é a guerra dos habitantes das serras contra as fábricas de cimento”. O texto inclui diversas outras referências ao projecto da Sonae, mas ficamo-nos por aqui, já que a questão de Tróia não é a única razão para o termos convocado.

Na verdade, este escrito constitui uma mais-valia também pelo facto de nele transparecerem numerosas características da filosofia libertária. Se o anticapitalismo está patente nos excertos já mencionados, outras frases traduzem o antiestatismo (“é o Estado, ou a sua existência, que nos cria os problemas por meio das suas leis e das suas prisões”), o apartidarismo (“todos os partidos políticos são empresas da política e partes fundamentais da democracia. Servem unicamente para jogar o jogo que o poder propõe, mas outra coisa não se esperaria de um partido político”), o internacionalismo (“inventam-se diferenças apenas porque alguns vêm do lado de lá dos postos fronteiriços e outros já cá moravam”), a autogestão (“resta-nos decidir se queremos as nossas vidas controladas por nós ou se queremos que as controlem por nós”) e a acção directa (“lutar e confrontar o poder deve ser feito de forma autónoma e livre”; “o que interessa é que sejamos nós próprios a definir essas formas de luta e ataque apenas orientados pelas nossas consciências e o debate com outros”; “é simples e acessível a todos criarmos pequenos grupos que actuam neste sentido por meio das mais variadas ferramentas”).

Somatório ou síntese destas premissas, fica por demais evidente uma descrença, diríamos que irreversível, no sistema e no modelo predominante de sociedade – e veja-se a frase “Se uma instituição, estatal ou privada, ou mesmo um partido político nos quer fazer crer que também é contra este tipo de empreendimentos, sabemos que é para acabar com qualquer tipo de contestação que se faça na rua. O seu objectivo, tal como o poder, é transformar um possível

confronto em queixas em tribunais e abaixo-assinados com a promessa de que nada vai mudar” – cuja validade de todo não reconhecem e procuram inclusivamente desmontar.

No folheto “Em praias de betão, em vez de areia, há alcatrão” está também manifesta a vertente de defesa da natureza e do direito público a dela desfrutar livremente, ou seja, sem a regulamentação ou a imposição de restrições pelos poderes político e/ou económico. No presente contexto, preferimos, contudo, abordá-la recorrendo a um incidente mais prosaico, ocorrido em 2011, ano fértil para os anarquistas de Setúbal, cujos cartazes e jornais de parede têm inundado a cidade em vários momentos quase desde o início do ano. Vejamos porquê.

Um dos primeiros episódios ocorreu em Fevereiro, com a denúncia, por parte da COSA, de que fiscais camarários haviam retirado as diversas plantas que adornavam a frontaria do n.º 2 da Rua Latino Coelho, alegando “ocupação ilegal da via pública”.



**Fachada da Casa Okupada antes e depois da retirada do “jardim”.**

Fonte: COSA (foto da esquerda) e arquivo próprio (foto da direita)

Num cartaz colado em diversos pontos da Baixa de Setúbal, inclusive frente ao edifício da câmara, denunciavam:

Dia 15 de Fevereiro, uns quantos fiscais da câmara municipal acompanhados da polícia à paisana chegaram à COSA e roubaram todas as plantas que tínhamos no exterior da casa. Não avisaram antes, não nos deixaram retirar os vasos para o interior da casa e destruíram uma boa parte deles ao atirá-los para dentro de um veículo. Tínhamos uma juca enraizada no chão que foi cortada à machadada.

Também neste texto se descortinam os traços da ideologia anarquista, nomeadamente quando é dito que querer “dar um pouco de verde à sua rua” é “natural num ser humano”

(preocupação da vertente ecoanarquista) e que é altura de “recuperar e gerir a nossa autonomia” e “ninguém deve poder mandar nas vidas, nas casas e nas ruas dos outros”<sup>65</sup> (antiautoritarismo).

A COSA aproveitou a ocorrência para recordar a sua batalha pela questão de Tróia, o que nos reconduz ao enfoque deste artigo. Poucos dias depois da retirada das plantas da entrada da casa, e ainda no âmbito da denúncia pública do ocorrido, o grupo pintou um mural no Edifício Sado, onde a autarquia tem a funcionar a divisão de Espaços Verdes. Fê-lo num fim-de-semana, assim potenciando o período de exposição do trabalho mural, ciente de que a autarquia não demoraria a mandá-lo remover das suas próprias paredes.



**Stencil incluído no mural da COSA no Edifício Sado, no qual se compara o “roubo” das plantas ao “roubo” de Tróia.**

Fonte: arquivo próprio



Além deste mural, reproduzido com poucas diferenças em, pelo menos, mais um edifício na zona, foi pintada numa das ruas da Baixa a frase “Só os jardins municipais são legais”, acompanhada de um cacto negro, numa eventual insinuação de que as ruas de Setúbal são “um deserto”, dada a ausência de “jardins selvagens” como o da COSA. Notámos que estas manifestações nas paredes se fizeram sempre acompanhar da rima “Roubar plantas à vizinhança é como roubar Tróia a uma criança”, tema que voltaria ao discurso anarquista três meses depois.

No início de Abril, as paredes da cidade foram suporte de uma convocatória para a manifestação do 1.º de Maio sob a forma de frases informativas (“1.º de Maio Anti-capitalista Anti-autoritário, 13h Largo da Misericórdia”), *flyers* e cartazes, nos quais se lia também “Não

<sup>65</sup> “‘Jardim’ da COSA roubado e destruído” (cartaz de denúncia da COSA colado pela cidade).

somos escravos do Estado nem dos bancos”<sup>66</sup>. O repto partia do colectivo Terra Livre, que se apresenta no seu *site* oficial como um “Projecto de Anarquia nas Rebeldes Terras do Sado”<sup>67</sup>.



### A iconografia libertária

O cartaz da convocatória do 1.º de Maio exige uma análise detalhada, dado o recurso à iconografia libertária.

Temos, pois, o A maiúsculo dentro de um círculo – que, segundo alguns autores, deve o seu uso à frase “Anarquia é Ordem” (o círculo seria, portanto, um O), extraída da obra *As Confissões de Um Revolucionário*, de Proudhon – mas também as bandeiras negras, menos frequentes nos murais e nas frases ácratas, mas igualmente parte do conjunto de símbolos anarquistas. Considerando que Estados de todo o mundo adoptaram bandeiras coloridas como símbolos nacionais, a bandeira negra é entendida como representando a negação dos conceitos de Estado, Pátria ou Nação. O facto de o símbolo de rendição ser uma bandeira branca contribuirá para esta escolha, na medida em que a opção pelo negro revela, por contraste, uma atitude de desafio e insubmissão.

Na manifestação, vários participantes estavam vestidos de negro e empunhavam bandeiras negras ou vermelhas e negras, estas últimas unindo a cor do anarquismo à do movimento sindical ou operário.

Outro aspecto interessante prende-se com a escolha do nome do colectivo, que não será casual, já que *Terra Livre* foi um jornal anarquista publicado entre 13 de Fevereiro e 31 de Julho de 1913, com uma tiragem de 3.500 exemplares distribuídos em Portugal, África e Brasil. Tendo entre os colaboradores diversos intelectuais da época, era preferencialmente dirigido aos “operários mais ou menos conscientes, mais ou menos ilustrados, os inteligentes, os estudiosos” (Medina, 1981: 744).

Fonte do cartaz: *blog* do colectivo Terra Live (<http://terralivre.eu/blog>)

<sup>66</sup> Num dos cartazes, lia-se, em consonância com a lógica ácrata: “Vivemos num mundo autoritário. Um mundo que, tendo sofrido tantas transformações, nos dá hoje, mais do que nunca, razões para a revolta. O que queremos é simples: transformar a crise do capitalismo na tumba da economia e fazer com que estes tempos de perseguição policial, laboral, social e económica se transformem na hipótese de conquistarmos de novo as nossas vidas. Todos os dias são um bom dia para recuperarmos a dignidade que o estado e a ganância de alguns nos foram roubando a todos. Mas queremos fazê-lo, no primeiro dia de Maio, de forma autónoma, colectiva e a partir da base, sabendo que nos podemos mover assim em muitos mais dias. Sem líderes nem dirigentes, sem liderados nem dirigidos”.

<sup>67</sup> *Site* oficial do colectivo alojado em <http://www.terralivre.net>.

Quanto à escolha do local para o protesto, é assim justificada:

Setúbal mantém um espírito rebelde apesar das inúmeras investidas do progresso capitalista e da pobreza. É uma cidade com fortes raízes de lutas libertárias, que nunca deixou de ser território de conflitos sociais. A ideia era propor Setúbal como local anual para as iniciativas libertárias do 1.º de Maio reconhecendo na cidade o potencial para um protesto mais visível nas ruas e menos imiscuído na paleta de cores partidárias e institucionais que as grandes mobilizações trazem a Lisboa<sup>68</sup>.

O colectivo, que afirma ter-se formado para organizar a manifestação do Dia do Trabalhador<sup>69</sup>, viu-se envolvido numa mediática polémica quando o protesto – no qual participaram pessoas a título individual e elementos de estruturas como a secção portuguesa da AIT ou a Plataforma Anti-Guerra, Anti-NATO (PAGAN)<sup>70</sup> – resvalou para confrontos com a PSP, dos quais resultaram vários feridos. Procurando contrariar a imagem menos positiva do grupo veiculada pelos meios de comunicação social, o colectivo emitiu um comunicado e colou pela cidade um jornal de parede em que difunde a sua versão dos acontecimentos.

Esta publicação, com chancela do “Grupo editorial ‘Paredes vazias, povo mudo’”, frase que os muros de Setúbal já conheceram, contesta a imprensa local, caso de uma notícia em que é dito: “Já na zona da Fonte Nova este grupo terá provocado alguns desacatos. A PSP foi chamada ao local, havendo registo de alguns disparos de armas de fogo, alegadamente por parte do referido grupo, havendo a lamentar alguns feridos na sequência destes incidentes”<sup>71</sup>.

Os participantes na marcha – alguns dos quais escreveram frases como “Não queremos ser ricos, queremos ser livres” em paredes de bancos e *stands* de automóveis<sup>72</sup> – percorreram a cidade com faixas e palavras de ordem, entre as quais “O povo unido não precisa de partido”,

---

<sup>68</sup> “Convocatória 1.º de Maio 2011 – Manifestação Anti-capitalista e Anti-autoritária”, texto disponível no *blog* afecto ao *site* oficial do colectivo Terra Livre e disponibilizado em <http://terralivre.eu/blog/?p=35>.

A versão integral do texto salienta as origens da efeméride (1 de Maio de 1886 em Chicago) e refere que os dias da “apatia inquebrável” ficaram para trás na Tunísia, China ou Grécia, enquadrando a necessidade de reacção em Portugal num contexto internacional de convulsão social e intensos protestos cívicos.

<sup>69</sup> Num texto colocado a 12 de Abril de 2011 no seu espaço digital, o Terra Livre apresenta-se como um “recém-formado colectivo anarquista” (<http://terralivre.eu/blog/?p=35>). Todavia, já anteriormente esta designação podia ser encontrada nas paredes, como se verifica na assinatura da frase “Setúbal, Cidade Rebelde!”, pintada num dos túneis a caminho da praia da Figueirinha, na serra da Arrábida, que fotografámos em Agosto de 2010.

<sup>70</sup> “Comunicado (para demonstrar o ridículo das mentiras da) Imprensa”, acessível em <http://terralivre.eu/blog/?p=89>.

<sup>71</sup> “Não à ingerência da UE e FMI, sim à independência nacional”, em *O Setubalense*, 02/05/2011, p. 7. O parágrafo em causa seria modificado na versão *online* da notícia para: “Já na zona da Fonte Nova estes jovens terão sido responsáveis por alguns desacatos, que provocaram a intervenção da PSP. Ter-se-ão registado alguns disparos de armas de fogo, que provocaram feridos ligeiros”. O texto integral da peça jornalística está disponível em: <http://www.osetubalense.pt/noticia.asp?idEdicao=631&id=21383&idSeccao=4655&Action=noticia>.

<sup>72</sup> Jornal de parede *Especial 1.º de Maio*, n.º 0, Setúbal, Maio de 2011.

“Contra o capital, guerra social”, “A vida é nossa, não é do patrão. Não negociamos a nossa escravidão” ou “Secil e Sonae fora desta terra” – onde reencontramos a “causa de Tróia”.

A referência parecerá superficial, mas antecipa uma campanha exclusivamente dedicada àquela península. Intitulada “Semana de Actividades por uma Tróia Livre”<sup>73</sup>, a iniciativa decorreu de 15 a 21 de Agosto e incorporou um leque de actividades que passou pela exibição de um documentário, por um concerto de *hip hop*, um jogo de futebol, um debate e uma sardinhada.

Nos vários suportes em que a iniciativa foi divulgada – página de Internet<sup>74</sup>, cartaz, programa de actividades e jornal de parede com as razões da acção –, os organizadores apresentam-se sob o nome Destroioresort<sup>75</sup>, do qual emergem as suas intenções. Não surgem referências ao movimento anarquista ou a elementos da COSA, mas – além do tema, da linha discursiva e da estratégia comunicacional familiares às iniciativas libertárias já referidas – notámos que o jornal de parede *Especial Tróia Livre* deve a sua publicação ao “Grupo editorial ‘Paredes vazias, povo mudo’”, o mesmo do jornal de parede sobre os confrontos na manifestação do 1.º de Maio, o que nos leva a presumir a existência de elementos comuns às duas iniciativas.

#### Cartaz da campanha

**À luz dos textos produzidos no âmbito da iniciativa, a escolha dos abutres, das gruas, dos helicópteros e das câmaras de videovigilância tem conotações óbvias: a crítica aos “capitalistas” e ao “betão” mas também às preocupações securitárias com a integridade do espaço e dos clientes.**

Fonte: arquivo próprio



Na sinopse da “Semana de Actividades por uma Tróia Livre”<sup>76</sup>, que a organização colocou na Net, lê-se que o jogo opôs os Belmiros, “fervorosos jogadores prontos a ganhar no relvado a península de Tróia para os seus interesses capitalistas”, aos Sadinós, “determinados em

<sup>73</sup> O início das actividades “coincidiu” com o último dia das festividades de Nossa Senhora do Rosário de Tróia, que se realizam anualmente de 13 a 15 de Agosto e são, talvez, o último vestígio da referida “Tróia do povo”.

<sup>74</sup> Alojada em <http://www.destroioresort.blogspot.com>.

<sup>75</sup> A leitura do nome é óbvia – destrói o *resort* –, com a particularidade de, nos vários suportes de divulgação da campanha, o nome destacar a negrito uma referência à península – Destroioresort – e estar escrito num tipo de letra igual ou muito similar àquela com que a Sonae escreve Troioresort nos materiais promocionais do empreendimento.

<sup>76</sup> O jogo de futebol – para o qual a loja do Charrôque da Prrofundurra estampou t-shirts específicas – foi realizado na tarde de dia 17 no Parque do Bonfim e o debate decorreu no bar da delegação de Setúbal do Instituto Português da Juventude no dia 19, “sem moderadores nem oradores”, como sublinham os organizadores.

Indymedia – Centro de Media Independente, em <http://pt.indymedia.org/conteudo/newswire/5502?page=5>.

impedir a equipa adversária de ganhar o jogo para assim manter a Tróia como foi no passado: Linda e Livre”, tendo ganho os Belmiros, “como se de um ‘déjà-vu’ se tratasse”.

O debate sobre “O turismo de luxo à nossa custa” é assim resumido:

Denunciou-se a forma como foi construído o empreendimento turístico TroiaResort e como o preço dos barcos (2.5€) tem sido uma forma educada, por parte da Sonae, de dizer que nenhum Setubalense lá pode ir. (...) Tentou-se perceber o porquê de não se ter gerado mais contestação aquando da sua construção, tendo em conta a realidade comunitária e gratuita de Tróia no passado.

Alegou-se que “o propositado abandono e degradação da antiga Torralta permitiu que a Sonae adquirisse Tróia ‘ao preço da chuva’” e aventou-se a possibilidade de “uma travessia de barco alternativa”.

A semana encerrava com uma sardinhada... em Tróia, na praça do minigolfe. Actividade acerca da qual o grupo descreve em tom mordaz:

Os primeiros a chegar depararam-se logo com uma forte vigilância por parte do corpo de segurança da empresa Prosegur e pela GNR. Rapidamente descobrimos que a operação de segurança estava já montada desde manhã com membros da segurança do resort (...). Os protectores da paz do empreendimento turístico teriam recebido a informação de que um perigoso grupo terrorista tinha planos para cometer um violento atentado que consistiria em assar sardinha e carapau em propriedade de Belmiro de Azevedo. Todas as medidas foram tomadas e toda a força mobilizada para impedir que um grupo de descontentes com o roubo da praia, o preço dos barcos e o turismo de luxo colocasse o peixe ao lume tal como têm feito naquela zona gerações e gerações de Setubalenses antes deles.

Impedido de fazer a sardinhada onde queria, o grupo fê-la na Caldeira, vigiado pelo “corpo de segurança privada que acabou por ter no domingo um dia cheio de emoção e aventura”, seguindo “todo e qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que ousasse assar sardinhas”.

O registo é, aqui, bem-humorado, mas tal não fere a seriedade da crítica à Sonae, que – como lembram os organizadores da campanha no jornal de parede – não esconde qual o público-alvo deste empreendimento: “Famílias portuguesas com poder de compra elevado, bem como turistas do Norte da Europa”<sup>77</sup>. Nos antípodas desta meta, o projecto Destroioresort insiste: “Não queremos resorts nem barcos de luxo a preços de luxo. Queremos uma Tróia livre e do povo”.

---

<sup>77</sup> Confirmámos a publicação da frase no *site* do Troiaresort (seguindo o *link* <http://www.troiaresort.pt/gca/?id=135>) e, ao navegar por outras secções da página oficial do empreendimento, encontramos descrições que lhe são

**Numa zona parcialmente degradada, como resultado do encerramento de fábricas, foi pintado este mural. Interessante o facto de a vendedora de peixe ter uma mão a segurar a canastra e outra ocupada com a lata de spray com que está ainda a ultimar o próprio mural em que se insere.**

Fonte: arquivo próprio



Não podemos, pois, falar apenas num diálogo difícil ou numa improvável harmonização de posições, mas antes numa oposição quase diametral das lógicas subjacentes aos dois propósitos. Tal como sucedera em 2009 com o folheto “Em praias de betão, em vez de areia, há alcatrão”, a resposta do grupo a um artigo em que o trissemanário *O Setubalense* critica a invasão da cidade por cartazes Destroioresort, apelidando o acto de vandalismo e de promotor de uma má imagem da cidade<sup>78</sup>, torna-se um significativo documento de análise.

Ao rebater a crónica “Os abutres e a falta de civismo”<sup>79</sup>, o grupo fundamenta a sua opção pelos muros e paredes como suporte comunicacional – inclusive aludindo a comportamentos e práticas anteriores, já “históricos” –, o que se enquadra quer no presente artigo, considerando os princípios anarquistas de autonomia, da não representatividade e da acção directa, quer no âmbito da investigação doutoral, forçosamente mais abrangente, que temos em mãos.

Acusando a noção de civismo da peça de coincidir com “a noção de deserto urbano”, o colectivo adianta: “A ideia de que não nos devemos exprimir, seja nas paredes ou nas ruas, é tão grave como a ideia de que só o devemos fazer quando estamos autorizados a fazê-lo em local próprio”. E criticando os entrevistados na peça, todos com mais de 60 anos, por demandarem a limpeza das paredes, prosseguem:

Sempre se colaram cartazes nas paredes e se fizeram murais, pinturas ou simples devaneios.

Esta sempre foi uma prática comum de partidos políticos, associações de bairro, moradores,

---

próximas, caso da seguinte: “Aqui pode encontrar apartamentos de luxo, townhouses, lotes para moradias unifamiliares e hotéis inspirados no estilo de vida de praia, comuns a outros destinos de férias de luxo. Os benefícios de um moderno *resort*, perfeitamente inserido numa paisagem de excepção, tornam o troiaresort num local singular quer pelo conceito quer pela classe” (acessível em <http://www.troiagolf.com/gca/index.php?id=277>).

<sup>78</sup> “Os abutres e a falta de civismo”, em *O Setubalense*, 17/08/2011, p. 3.

<sup>79</sup> Assinale-se que esta difícil relação entre a imprensa e os movimentos anarquistas não é um exclusivo dos colectivos libertários de Setúbal e da imprensa local. No artigo “Quem tem medo dos anarquistas?... Resposta à campanha mediática anti-anarquista”, publicado no Indymedia – Centro de Media Independente ([link directo em http://pt.indymedia.org/conteudo/newswire/2020](http://pt.indymedia.org/conteudo/newswire/2020)) em Julho de 2010, o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* são acusados de postura antianarquista no tratamento noticioso dos acontecimentos.

sindicatos e de muitos indivíduos. É de admirar que seja precisamente a geração que viveu nos tempos em que as “paredes eram os jornais do povo” que venha hoje reivindicar as paredes limpas e as ruas imaculadas.

Admitindo que a sua preocupação com a cidade “não é estética”, o grupo esclarece que a colagem de cartazes nas ruas visa que estes sejam “lidos e debatidos por todos”, pois “estão ali para que as questões e as ideias que estes expressam não sejam abafadas pelo silêncio que se faz sentir em relação a Tróia e aos Resorts de luxo”, no caso concreto desta campanha.

“As paredes não são usadas de forma gratuita como se quer fazer crer com este artigo”, contestam, sublinhando que “se alguém resolve colocar a sua energia na pintura de um graffiti ou na colagem de um cartaz é porque acredita nisso”. E concluem: “Preferimos, de longe, as paredes cobertas de expressões de indivíduos, por mais feias que as possamos achar, que um povo mudo, reduzido na sua capacidade e na sua inteligência”, pelo que mantêm a intenção de “continuar a comunicar nas ruas de Setúbal”<sup>80</sup>.

E se bem o afirmaram, melhor o fizeram. No mês seguinte, várias entradas/saídas da cidade tiveram as paredes ou muros mais próximos animados por frases com a assinatura anarquista. “Com rebeldia e dignidade conquistaremos a liberdade!” foi pintada à saída de Setúbal pela estrada do Alentejo, “Setúbal região violada, chegou a hora da luta armada!!” ficou escrita na estrada para Palmela, juntando-se ambas a um legado da manifestação do 1.º de Maio, a frase “A vida é nossa! Vamos recuperá-la”, deixada na saída da cidade para Azeitão.

Num périplo que deixou marcas noutros pontos da cidade – uma frase contra a polícia no bairro Vila Maria; uma contra as touradas na Praça “Carlos Relvas”; outra contra o racismo, pintada sobre um símbolo do PNR no muro do Aki –, Tróia não ficou esquecida e uma frase jocosa escrita nas traseiras da bilheteira dos *ferries* lembrou que a luta pode estar para durar.



**A frase permaneceu no local  
menos de uma semana.  
Todavia, como é usual nos casos  
em que as frases são cobertas com  
cal ou apenas com uma demão de  
tinta branca, basta um dia de  
chuva para que o registo torne a  
ficar visível.**

Fonte: arquivo próprio

<sup>80</sup> “Relato da Semana de actividades por uma Tróia Livre + resposta a ‘O Setubalense’”.  
Indymedia – Centro de Media Independente, em <http://pt.indymedia.org/conteudo/newswire/5502?page=5>.

## Notas conclusivas

A análise aos colectivos anarquistas de Setúbal e às actividades por estes promovidas permitiu-nos detectar evidentes diferenças entre os grupos que hoje actuam na cidade de forma pontual, organizando-se em função de um tema específico, e aqueles que, nos idos tempos da I República, mantinham uma actividade constante visando a conquista de direitos sociais.

No entanto, há um discreto fio condutor que os une: como revela a questão de Tróia, os anarquistas de hoje lutam para que direitos outrora adquiridos não se diluam e para que uma linha divisória que se havia esbatido entre as classes sociais não torne a vincar-se.

Contestatários do poderio económico, da exploração laboral e das precárias condições de vida de uma larga franja da população, os novos anarquistas de Setúbal encontraram no Troiaresort um ícone para as suas investidas, por o considerarem emblemático do capitalismo (dado pertencer ao grupo Sonae), da pressão do poder económico sobre o poder político (tendo em conta as negociações entre Belmiro de Azevedo e diversos governos para a aprovação de planos numa zona ecologicamente sensível) e do autoritarismo que condiciona ou cerceia o livre trânsito dos cidadãos (face ao acesso dificultado a um espaço de que a população de Setúbal sempre desfrutou, independentemente da sua condição social).

Assim se justifica a insistência no tema, umas vezes objecto de campanhas específicas, outras apenas aflorado no âmbito de iniciativas cujo enfoque é distinto.

Interessante é observar que, enquanto um partido como o Bloco de Esquerda aborda o assunto sobretudo na iminência de actos eleitorais (ex: legislativas de 1999 ou autárquicas de 2009), os anarquistas, que pelo seu apartidarismo e conseqüente aversão às urnas não cumprem um calendário político, o convocam em função de uma agenda distinta, de cariz popular. Foi disso exemplo a “Semana de Actividades por uma Tróia Livre”, que arrancou a 15 de Agosto, data em que culminam as celebrações de Nossa Senhora do Rosário de Tróia, sendo a primeira iniciativa um “convívio na festa da Caldeira”, em que os anarquistas se juntaram à romaria.

Assinalamos também que os libertários – talvez por verem os *media* tradicionais como integrantes, por vezes até estruturas basilares, de um sistema que rejeitam, ou porque, sendo presentemente mais minoritários do que há um século, sentem que a sua postura, demolidora de pilares organizacionais da sociedade, os coloca à margem dos órgãos de difusão convencionais – optam por, no presente como no passado, se expressar através de meios de comunicação próprios, cuja elaboração e distribuição assumem. Decerto não falamos de periódicos como *O Trabalho*, o *Germinal* ou a *Voz Sindical*, marcantes entre o operariado anarco-sindicalista da sua época, mas será que não encontramos resquícios dessas publicações nesses jornais de parede com que os novos anarquistas se tentam fazer ouvir nos edifícios e muros da cidade?

À luz do que até agora investigámos, a sua forma de veicular ideias e denunciar situações – plenamente enquadrada nos princípios da filosofia ácrata, na opção por essa acção directa que dispensa intermediários quando o objectivo é causar vibração, perturbação, mudança – configura um bom exemplo da utilização da epiderme urbana como alternativa aos *media* tradicionais.

## **Bibliografia**

### **Livros e artigos científicos**

- Allende, Isabel (2003), *O Meu País Inventado*, Lisboa, Difel.
- Alves, Ricardo António (2002), *Anarquismo e Neo-Realismo: Ferreira de Castro na Encruzilhada do Século*, Lisboa, Âncora.
- Arranja, Álvaro (2009), *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos.
- Arranja, Álvaro (2011), *Mataram Mariana...: Dos Fuzilamentos de Setúbal à Ruptura Operariado-República em 1911*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos.
- Brinca, Pedro e Etelvina Baía (2001), *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal: 25 Anos depois*, vol. 1, Setúbal, Setúbal na Rede.
- Cruz, Valdemar (1999), *Histórias Secretas do Atentado a Salazar*, Porto, Campo das Letras.
- Faria, Carlos Vieira de (2009), *As Cidades na Cidade: Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal (1986-1995)*, Lisboa, Esfera do Caos.
- Fernandes, António Teixeira (2001), “O Socialismo Proudhoniano na Escola Portuense”, *Sociologia*, 11, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 123-161.
- Ferreira, José Gomes (2004), “Usos humanos da natureza: o exemplo da península de Tróia”, *Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, pp. 71-78. Consultado a 2 de Outubro de 2011, no site da Associação Portuguesa de Sociologia (*e-book*): [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR460e7b6188b95\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460e7b6188b95_1.pdf).
- Freire, João (2003), “Revistas anarquistas portuguesas: entre a política e a cultura”, em AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas: Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 153-188.
- Lobo, Francisco (2008), *Histórias de Setúbal: 1974 a 1986*, Setúbal, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.
- Medina, João (1981), “Um semanário anarquista durante o Primeiro Governo Afonso Costa: ‘Terra Livre’”, *Análise Social*, 67-68, Lisboa, ICS, pp. 735-765.
- Mónica, Maria Filomena (1981), “Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande”, *Análise Social*, 67-68, Lisboa, ICS, pp. 505-571.

- Pimentel, Irene (2008), “José Correia Pires, um anarquista no Tarrafal”, consultado a 2 de Dezembro de 2011, no *site* Caminhos da Memória: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/12/18/jose-correia-pires-um-anarquista-no-tarrafal>.
- Pinho, Jaime, Maria José Simas, Alberto Lopes, Isabel Duarte, Luísa Ramos e Álvaro Arranja (orgs.) (2009), *Quando a Tróia Era do Povo*, Setúbal, Escola Secundária D. João II.
- Quintas, Maria da Conceição (s/d), “A indústria conserveira”, consultado a 2 de Novembro de 2011, no *site* da autora: <http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb4.html>.
- Quintas, Maria da Conceição (s/d), “A sociedade setubalense”, consultado a 2 de Novembro de 2011, no *site* da autora: <http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb5.html>.
- Quintas, Maria da Conceição (s/d), “Associações de classe”, consultado a 3 de Novembro de 2011, no *site* da autora: <http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb8>.
- Quintas, Maria da Conceição (s/d), “Associações laborais”, consultado a 3 de Novembro de 2011, no *site* da autora: <http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb10.html>.
- Quintas, Maria da Conceição (s/d), “Cultura operária”, consultado a 3 de Novembro de 2011, no *site* da autora: <http://mcquintas.paginas.sapo.pt/indexb6.html>.
- Quintas, Maria da Conceição, Soledade Brites Chagas e Élia Almada Contreiras (1980), *Greves-Sindicalismo: Setúbal 1910/13*, Setúbal, Assembleia Distrital de Setúbal.
- Rodrigues, Edgar (1976), *ABC do Anarquismo*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Rodrigues, Edgar (1999), *Universo Ácrata*, vol. 1, Florianópolis, Insular.
- Sá, Vítor de (1981), “Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa”, *Análise Social*, 67-68, Lisboa, ICS, pp. 839-860.
- Stirner, Max (2004), *O Único e a Sua Propriedade*, Lisboa, Antígona.
- Tengarrinha, José (1981), “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, *Análise Social*, 67-68, Lisboa, ICS, pp. 573-601.
- Thoreau, Henry David (2005), *A Desobediência Civil: Defesa de John Brown*, Lisboa, Antígona.
- Valente, Vasco Pulido (1981), “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, 67-68, Lisboa, ICS, pp. 615-678.
- Ventura, António (2001), *Memórias da Resistência: Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Vilaça, Alberto (2003), *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo: Realidades Coimbrãs e Outras*, Porto, Campo das Letras.
- Woodcock, George (2007), *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*, vol. 1, Porto Alegre, L&PM.
- Zarcone, Pier Francesco (2008), *O Anarquismo na História de Portugal*, consultado a 6 de Outubro de 2011, no *site* da Biblioteca Pública Independente (*e-book*): [http://www.4shared.com/office/Exmrvjeu/Anarquismo\\_na\\_Histria\\_de\\_Portu.html](http://www.4shared.com/office/Exmrvjeu/Anarquismo_na_Histria_de_Portu.html).

Zarcone, Pier Francesco (2009), *Portugal Anarquista e Rebelde*, consultado a 4 de Outubro de 2011, no site da Biblioteca Pública Independente (e-book): [http://www.4shared.com/office/N-Viw-3K/Portugal\\_Anarquista\\_e\\_Rebelde\\_.html](http://www.4shared.com/office/N-Viw-3K/Portugal_Anarquista_e_Rebelde_.html).

### **Imprensa regional de Setúbal**

*Nova Vida* (1976-1985).

*O Setubalense* (1974-2011), edições impressas e digitais (em <http://www.osetubalense.pt>).

*O Sul – Jornal Cultural e de Debates*, 16 (Maio de 2011).

*Setúbal na Rede* (1998-2011), em <http://www.setubalnarede.pt>.

Foram ainda consultadas edições pontuais dos jornais *O Trabalho* e *Germinal*.

### **Sites e blogs**

Atlantic Ferries, em <http://www.atlanticferries.pt>.

Charrôque da Prrofundurra, em <http://charroquedaprrofundurra.blogspot.com>.

Destroioresort, em <http://www.destroioresort.blogspot.com>.

Indymedia – Centro de Media Independente, em <http://pt.indymedia.org>.

Petição “Quando a Tróia era livre”, em <http://www.peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=P2009N186>.

Rede Libertária, em <http://redelibertaria.blogspot.com>.

Terra Livre, em <http://www.terralivre.net>.

TroiaResort, em <http://www.troiaresort.pt>.

Vídeo promocional do TroiaResort, em [http://www.youtube.com/watch?v=02ikTSUwk\\_Q](http://www.youtube.com/watch?v=02ikTSUwk_Q).

### **Fontes primárias**

Cartaz “ ‘Jardim’ da COSA roubado e destruído”.

Cartaz “1.º de Maio Anti-capitalista Anti-autoritário – Concentração” (dois modelos).

Cartaz “1.º de Maio Anti-capitalista Anti-autoritário” (dois modelos).

Cartaz “Olhos que vêem, Coração que sente”.

Cartaz “Repressão policial do 1.º de Maio”.

Cartaz-programa “Semana de Actividades por Uma Tróia Livre”.

“Comunicado (para demonstrar o ridículo das mentiras da) Imprensa”, em <http://terralivre.eu/blog/?p=89>.

“Em praias de Betão, em vez de areia, há alcatrão”, em <http://redelibertaria.blogspot.com/2009/11/em-praias-de-betao-em-vez-de-areia-ha.html>.

Folheto “II Passeio pela Memória Histórica Anarquista de Setúbal”.

Jornal de parede *Especial 1.º de Maio*, 0, Setúbal, Maio de 2011.

Jornal de parede *Especial Tróia Livre*, 1, Setúbal, Agosto de 2011.

“Relato da Semana de actividades por uma Tróia Livre + resposta a ‘O Setubalense’”, em <http://pt.indymedia.org/conteudo/newswire/5502?page=5>.